



20
21

**Demonstrações
contábeis consolidadas
Itaú Unibanco S.A.**

30 de junho de 2021

Itaú Unibanco S.A.

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Diretoria e as demonstrações contábeis do Itaú Unibanco S.A. e de suas controladas (ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO), relativas aos períodos de 30/06/2021 e 31/12/2020 para contas patrimoniais e de 01/01 a 30/06 de 2021 e de 2020 para contas de resultado, os quais seguem as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

São Paulo, 27 de agosto de 2021.

A Diretoria

Itaú Unibanco S.A.

Diretor Presidente e Integrante do Comitê Executivo

Milton Maluhy Filho⁽²⁾

Diretores e Integrantes do Comitê Executivo

Alexandre Grossmann Zancani
Alexsandro Broedel Lopes
André Luís Teixeira Rodrigues
André Sapoznik
Carlos Fernando Rossi Constantini
Flávio Augusto Aguiar de Souza
Leila Cristiane Barboza Braga de Melo
Matias Granata
Pedro Paulo Giubbina Lorenzini
Ricardo Ribeiro Mandacaru Guerra
Sergio Guillinet Fajerman

Diretores

Adriana Maria dos Santos
Adriano Cabral Volpini
Adriano Maciel Pedroti
Adriano Tchen Cardoso Alves⁽⁶⁾
Alessandro Anastasi
Alexandre Borin Ribeiro
Álvaro de Alvarenga Freire Pimentel
Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues
Ana Lúcia Gomes de Sá Drumond Pardo⁽⁷⁾
Andre Balestrin Cestare
André Henrique Caldeira Daré
André Mauricio Gerales Martins
Andrea Carpes Blanco
Atilio Luiz Magila Albiero Junior
Badi Maani Shaikhzadeh
Bruno Bianchi
Bruno Machado Ferreira
Carlos Augusto Salamonde
Carlos Eduardo de Almeida Mazzei
Carlos Eduardo Mori Peyser
Carlos Henrique Donegá Aidar
Carlos Orestes Vanzo
Carlos Rodrigo Formigari
Cintia Carbonieri Fleury de Camargo
Claudio César Sanches
Cláudio José Coutinho Arromatte
Cristiano Guimarães Duarte
Daniel Nascimento Goretti
Daniel Sposito Pastore
Danilo Aleixo Caffaro⁽⁷⁾
Eduardo Cardoso Armonia
Eduardo Corsetti
Eduardo Esteban Mato Amorin⁽⁷⁾
Eduardo Noqueira Domeque⁽⁴⁾
Eduardo Queiroz Tracanella
Emerson Savi Junqueira
Eric André Altafim
Estevão Carcioffi Lanza
Fabiana Pascon Bastos⁽⁷⁾
Fábio Napoli
Fabio Rodrigo Villa
Fabiola Bianca Gonçalves Lima Marchiori
Felipe de Souza Wey

Diretores (continuação)

Felipe Sampaio Nabuco
Felipe Weil Wilberg
Fernando Barçante Tostes Malta
Fernando Della Torre Chagas
Fernando Julião de Souza Amaral
Fernando Kontopp de Oliveira
Flavio Ribeiro Iglesias
Francisco Vieira Cordeiro Neto
Gabriel Guedes Pinto Teixeira
Gabriela Rodrigues Ferreira
Guilherme Luiz Bressane Gomes
Gustavo Andres
Gustavo Trovisco Lopes
João Carlos do Amaral dos Santos⁽⁴⁾
João Filipe Fernandes da Costa Araujo
José de Castro Araújo Rudge Filho
José Geraldo Franco Ortiz Junior
José Virgílio Vita Neto
Laila Regina de Oliveira Pena de Antonio
Leandro Roberto Dominiqini
Leon Gottlieb
Lineu Carlos Ferraz de Andrade
Luís Eduardo Gross Siqueira Cunha
Luís Fernando Staub
Luiz Felipe Monteiro Arcuri Trevisan
Luiz Fernando Butori Reis Santos⁽⁷⁾
Luiz Severiano Ribeiro
Marcelo Bellacqua Gambarini⁽³⁾
Márcio Luís Domingues da Silva
Marcos Alexandre Pina Cavagnoli
Mário Lúcio Gurgel Pires
Mario Magalhães Carvalho Mesquita
Milena de Castilho Lefon Martins
Moisés João do Nascimento
Paula Magalhães Cardoso Neves
Pedro Barros Barreto Fernandes
Rafael Bastos Heringer⁽⁶⁾
Renata Cristina de Oliveira
Renato Cesar Mansur
Renato da Silva Carvalho
Renato Giongo Vichi⁽¹⁾
Renato Lulia Jacob
Ricardo Nuno Delgado Gonçalves
Rita Rodrigues Ferreira Carvalho⁽⁵⁾
Rodnei Bernardino de Souza
Rodrigo Jorge Dantas de Oliveira
Rodrigo Rodrigues Baia
Rogerio Vasconcelos Costa
Rubens Fogli Netto
Sandra Cristina Mischiatti Lancellotti⁽⁵⁾
Tatiana Grecco
Teresa Cristina Athayde Marcondes Fontes
Thales Ferreira Silva
Thiago Luiz Charmet Ellero
Valéria Aparecida Marretto
Wagner Bettini Sanches

1) Eleito na AGO/E de 30/04/2021, homologado pelo BACEN em 05/08/2021.

2) Eleito na AGO/E de 30/04/2021 e Integrante do Comitê Executivo, homologado pelo BACEN em 05/08/2021.

3) Eleito na AGE de 31/05/2021, homologação pelo BACEN em 06/08/2021.

4) Eleitos na AGE de 05/07/2021, em fase de homologação pelo BACEN.

5) Eleitos na AGE de 26/07/2021, em fase de homologação pelo BACEN.

6) Eleitos na AGE de 16/08/2021, em fase de homologação pelo BACEN.

7) Registradas as saídas: (i) Diretor Danilo Aleixo Caffaro, em 19/07/2021; (ii) Diretores Ana Lúcia Gomes de Sá Drumond Pardo, Eduardo Esteban Mato Amorin, Fabiana Pascon Basto, em 30/07/2021; (iii) Diretor Luiz Fernando Butori Reis Santos em 16/08/2021.

Contador

Arnaldo Alves dos Santos
CRC 1SP210058/O-3

Itaú Unibanco S.A.

Balanco Patrimonial Consolidado

(Em Milhões de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2021	31/12/2020
Circulante e Não Circulante		1.719.795	1.729.203
Disponibilidades		24.820	30.713
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2c IV, 3	262.727	335.329
Aplicações no Mercado Aberto		158.086	236.713
Aplicações no Mercado Aberto e Depósitos Interfinanceiros - Recursos Garantidores das Provisões Técnicas	7d	2.472	1.074
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		102.169	97.542
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	2c V, 2c VI	669.750	625.151
Carteira Própria		247.055	247.316
Vinculados a Compromissos de Recompra		96.493	49.018
Vinculados a Prestação de Garantias		9.585	13.144
Vinculados ao Banco Central do Brasil		7.081	6.018
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação		36.510	39.445
Instrumentos Financeiros Derivativos		53.073	47.073
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas	7d	219.953	223.137
Relações Interfinanceiras		163.477	147.527
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		65.235	57.443
Depósitos no Banco Central do Brasil		98.217	90.055
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		8	12
Correspondentes		17	17
Relações Interdependências		262	379
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	5	414.853	397.639
Operações com Características de Concessão de Crédito	2c VII	444.578	429.373
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	2c VIII	(29.725)	(31.734)
Outros Créditos		181.530	190.340
Ativos Fiscais Correntes		2.988	5.394
Ativos Fiscais Diferidos	10c I	46.537	48.964
Diversos	9a	132.005	135.982
Outros Valores e Bens		2.376	2.125
Bens não Destinados a Uso		521	583
(Provisões para Desvalorizações)		(319)	(378)
Prêmios não Ganhos de Resseguros	2c XV	7	7
Despesas Antecipadas	2c IX	2.167	1.913
Permanente		23.249	32.470
Investimentos	2c X	9.625	19.260
Participações em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto		9.416	19.049
Outros Investimentos		335	336
(Provisão para Perdas)		(126)	(125)
Imobilizado	2c XI, 11	5.636	5.797
Imóveis		4.177	4.112
Outras Imobilizações		13.831	13.715
(Depreciações Acumuladas)		(12.372)	(12.030)
Ágio e Intangível	2c XII, 2c XIII, 12	7.988	7.413
Ágio		517	569
Ativos Intangíveis		16.729	15.117
(Amortização Acumulada)		(9.258)	(8.273)
Total do Ativo		1.743.044	1.761.673

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balço Patrimonial Consolidado*(Em Milhões de Reais)*

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	30/06/2021	31/12/2020
Circulante e Não Circulante		1.620.645	1.637.998
Depósitos	2c IV, 6	711.271	719.844
Depósitos à Vista		89.815	90.065
Depósitos de Poupança		172.223	168.241
Depósitos Interfinanceiros		60.650	67.068
Depósitos a Prazo		388.583	394.470
Captações no Mercado Aberto	2c IV, 6	260.944	282.096
Carteira Própria		92.237	47.948
Carteira de Terceiros		112.552	161.887
Carteira Livre Movimentação		56.155	72.261
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2c IV, 6	84.441	92.743
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias de Crédito e Similares		67.812	73.108
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		15.845	18.676
Captação por Certificados de Operações Estruturadas		784	959
Relações Interfinanceiras		18.559	8.786
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		15.543	8.447
Correspondentes		3.016	339
Relações Interdependências		10.284	7.630
Recursos em Trânsito de Terceiros		10.040	7.580
Transferências Internas de Recursos		244	50
Obrigações por Empréstimos e Repasses	2c IV, 6	56.931	57.553
Empréstimos		46.432	46.181
Repasses		10.499	11.372
Instrumentos Financeiros Derivativos	2c VI, 4e	51.291	52.572
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	2c XV, 7	221.428	223.242
Provisões para Garantias Financeiras Prestadas	5d	457	459
Provisões		15.713	14.790
Outras Obrigações		189.326	178.283
Obrigações Fiscais Correntes	2c XVI, 2c XVIII, 10c	6.208	6.975
Obrigações Fiscais Diferidas	10c II	2.229	2.672
Dívidas Subordinadas	6	5.934	5.536
Diversas	9b	174.955	163.100
Resultado de Exercícios Futuros		519	589
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores	13c	109.417	111.741
Capital Social		69.872	75.925
Reservas de Capital		720	793
Reservas de Reavaliação		5	5
Reservas de Lucros		41.557	37.457
Outros Resultados Abrangentes	2c V, 2c VI	(2.737)	(2.439)
Participação de Acionistas Não Controladores	2c XIV, 13d	12.463	11.345
Total do Patrimônio Líquido		121.880	123.086
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.743.044	1.761.673

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Itaú Unibanco S.A.

Demonstração do Resultado Consolidado

(Em Milhões de Reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

	Nota	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Receita da Intermediação Financeira		45.795	66.707
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos		28.108	31.770
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		12.306	31.132
Receitas Financeiras das Operações com Seguros, Previdência e Capitalização		3.359	436
Resultado de Operações de Câmbio		956	1.969
Resultado das Aplicações Compulsórias		1.066	1.400
Despesas da Intermediação Financeira		(19.210)	(62.328)
Operações de Captação no Mercado		(12.218)	(34.272)
Despesas Financeiras de Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização		(3.534)	(437)
Operações de Empréstimos e Repasses	6	(3.458)	(27.619)
Resultado da Intermediação Financeira Antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa		26.585	4.379
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa		(2.744)	(9.115)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(3.653)	(9.946)
Receita de Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		909	831
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		23.841	(4.736)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(8.482)	(3.780)
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	9c	13.608	13.253
Resultado de Operações com Seguros, Previdência e Capitalização		1.475	1.685
Despesas de Pessoal	9d	(8.818)	(7.481)
Outras Despesas Administrativas	9e	(7.575)	(7.437)
Despesas de Provisões	8b	(2.165)	(1.439)
Provisões Cíveis		(327)	(312)
Provisões Trabalhistas		(1.799)	(1.058)
Fiscais e Previdenciárias		(5)	(51)
Outros Riscos		(34)	(18)
Despesas Tributárias	10a	(2.975)	(1.229)
Resultado de Participações em Coligadas, Entidades Controladas em Conjunto e Outros Investimentos		854	253
Outras Receitas Operacionais		949	590
Outras Despesas Operacionais		(3.835)	(1.975)
Resultado Operacional		15.359	(8.516)
Resultado não Operacional	17b	607	40
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participações		15.966	(8.476)
Imposto de Renda e Contribuição Social	2c XVIII, 10	(5.367)	13.112
Devidos sobre Operações do Período		(3.730)	(4.494)
Referentes a Diferenças Temporárias		(1.637)	17.606
Participações no Lucro - Administradores - Estatutárias		(72)	(48)
Participações de Não Controladores	13d	(423)	(565)
Lucro Líquido		10.104	4.023
Lucro por Ação - Básico e Diluído			
Ordinárias		1,51	0,68
Preferenciais		1,51	0,68
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica e Diluída			
Ordinárias		3.390.407.265	3.027.116.390
Preferenciais		3.283.608.963	2.931.761.802

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Itaú Unibanco S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente Consolidado

(Em Milhões de Reais)

	Nota	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Lucro Líquido Consolidado		10.527	4.588
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(562)	(1.897)
Variação de Valor Justo		(1.545)	(2.899)
Efeito Fiscal		726	1.313
(Ganhos) / Perdas Transferidos ao Resultado		467	(566)
Efeito Fiscal		(210)	255
Hedge		924	(2.691)
Hedge de Fluxo de Caixa	4e I	608	273
Variação de Valor Justo		1.139	528
Efeito Fiscal		(531)	(255)
Hedge de Investimentos Líquidos em Operação no Exterior	4e III	316	(2.964)
Variação de Valor Justo		613	(5.523)
Efeito Fiscal		(297)	2.559
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego⁽¹⁾		3	27
Remensurações		4	50
Efeito Fiscal		(1)	(23)
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		(663)	3.198
Total de Outros Resultados Abrangentes		(298)	(1.363)
Total do Resultado Abrangente		10.229	3.225
Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador		9.806	2.660
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas não Controladores		423	565

1) Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Itaú Unibanco S.A.

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em Milhões de Reais)

	Outros Resultados Abrangentes										Total	
	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros	Ajuste de Títulos Disponíveis para Venda ⁽¹⁾	Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas - Hedge ⁽²⁾	Lucros Acumulados	Total PL - Acionistas Controladores		Total PL - Acionistas não Controladores
Total - 01/01/2020	61.925	710	6	27.224	777	(1.342)	643	(2.502)	-	87.441	12.555	99.996
Aumento / (Redução) de Capital	10.000	-	-	-	-	-	-	-	-	10.000	(188)	9.812
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(1)	-	-	-	-	-	1	-	-	-
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(188)	(188)
Outros	-	-	-	(10)	-	-	-	-	-	(10)	-	(10)
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações de Coligadas	-	23	-	-	-	-	-	-	-	23	-	23
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	(1.897)	27	3.198	(2.691)	4.023	2.660	565	3.225
Lucro Líquido Consolidado	-	-	-	-	-	-	-	-	4.023	4.023	565	4.588
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	(1.897)	27	3.198	(2.691)	-	(1.363)	-	(1.363)
Destinações:												
Reserva Legal	-	-	-	201	-	-	-	-	(201)	-	-	-
Reservas Estatutárias	-	-	-	3.603	-	-	-	-	(3.603)	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(220)	(220)	(49)	(269)
Total - 30/06/2020	71.925	733	5	31.018	(1.120)	(1.315)	3.841	(5.193)	-	99.894	12.883	112.777
Mutações no Período	10.000	23	(1)	3.794	(1.897)	27	3.198	(2.691)	-	12.453	140	12.593
Total - 01/01/2021	75.925	793	5	37.457	311	(1.530)	3.415	(4.635)	-	111.741	11.345	123.086
Cisão Parcial	(6.053)	-	-	(3.446)	-	-	-	-	-	(9.499)	-	(9.499)
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.434	1.434
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações de Coligadas	-	(73)	-	-	-	-	-	-	-	(73)	-	(73)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	(562)	3	(663)	924	10.104	9.806	423	10.229
Lucro Líquido Consolidado	-	-	-	-	-	-	-	-	10.104	10.104	423	10.527
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	(562)	3	(663)	924	-	(298)	-	(298)
Destinações:												
Reserva Legal	-	-	-	504	-	-	-	-	(504)	-	-	-
Reservas Estatutárias	-	-	-	7.042	-	-	-	-	(7.042)	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(739)	(739)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.558)	(2.558)	-	(2.558)
Total - 30/06/2021	69.872	720	5	41.557	(251)	(1.527)	2.752	(3.711)	-	109.417	12.483	121.880
Mutações no Período	(6.053)	(73)	-	4.100	(562)	3	(663)	924	-	(2.324)	1.118	(1.206)

1) Inclui participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto relativo a Títulos Disponíveis para Venda.

2) Inclui Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Lucro Líquido Ajustado		12.031	10.727
Lucro Líquido		10.104	4.023
Ajustes ao Lucro Líquido:		1.927	6.704
Ajustes ao Valor Justo de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos / Passivos)		(2.309)	(286)
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(3.858)	9.664
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	5d	3.653	9.946
Resultado de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada		403	236
Variação das Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização		4.847	4.987
Depreciações e Amortizações		1.741	1.576
Despesa de Atualização / Encargos de Provisão para Ações Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Obrigações Legais	8b	410	369
Provisão para Ações Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Obrigações Legais	8b	2.189	1.395
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia		(121)	(150)
Tributos Diferidos (excluindo os efeitos fiscais do Hedge)		1.495	(344)
Resultado de Participações em Coligadas, Entidades Controladas em Conjunto e Outros Investimentos		(854)	(253)
Resultado de Juros e Variação Cambial de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda		(6.165)	(11.673)
Resultado de Juros e Variação Cambial de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento		(454)	(7.589)
Resultado na Alienação de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		467	(566)
Resultado na Alienação de Investimentos, Bens não destinados a Uso e Imobilizado		(528)	(79)
Resultado de Participações de Não Controladores	13d	423	565
Outros		588	(1.094)
Variações de Ativos e Passivos		27.661	37.643
(Aumento) / Redução em Ativos			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		74.803	(103.564)
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos / Passivos)		(5.169)	(9.832)
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		(8.162)	1.507
Relações Interfinanceiras e Relações Interdependências (Ativos / Passivos)		4.756	17.414
Operações de Crédito e Arrendamento Financeiro		(20.904)	(51.800)
Outros Créditos e Outros Valores e Bens		19.448	(23.140)
(Redução) / Aumento em Passivos			
Depósitos		(8.573)	200.202
Captações no Mercado Aberto		(21.152)	31.852
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		(8.302)	(14.560)
Obrigações por Empréstimos e Repasses		(622)	10.172
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização		(6.661)	(7.039)
Provisões e Outras Obrigações		11.220	(10.778)
Resultado de Exercícios Futuros		(70)	(48)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(2.951)	(2.743)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais		39.892	48.370
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio Recebidos de Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto		526	413
Recursos da Venda de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda		10.968	5.671
Recursos do Resgate de Títulos Valores Mobiliários Mantidos Até o Vencimento		11.017	1.426
(Aquisição)/Alienação de Bens não destinados a Uso		110	146
Alienação de Investimentos		531	8
Alienação de Imobilizado		127	209
Distrato de Contratos do Intangível		2	404
(Aquisição) de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda		(38.113)	(20.271)
(Aquisição) de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento		(19.247)	(101)
(Aquisição) de Investimentos		(18)	(47)
(Aquisição) de Imobilizado	11	(573)	(608)
(Aquisição) de Intangível	12	(2.184)	(1.698)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento		(36.854)	(14.448)
Resgate de Obrigações por Dívida Subordinada		(5)	(108)
Aumento de Capital	13a	-	10.000
Cisão Parcial		(9.499)	-
Variação da Participação de Não Controladores		1.433	(187)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Não Controladores		(738)	(50)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(1.579)	(2.542)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento		(10.388)	7.113
Aumento / (Diminuição) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa		(7.550)	41.035
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		79.296	49.728
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		3.858	(9.664)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	2c III	75.604	81.099
Disponibilidades		24.820	33.823
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		27.079	6.459
Aplicações em Operações Compromissadas - Posição Bancada		23.705	40.817

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Itaú Unibanco S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Em 30/06/2021 e 31/12/2020 para Contas Patrimoniais de 01/01 a 30/06 de 2021 e 2020 para Resultado
(Em Milhões de Reais, exceto informações por ação)

Nota 1 - Contexto Operacional

O Itaú Unibanco S.A. (ITAÚ UNIBANCO) é uma sociedade anônima que, em conjunto com empresas controladas e coligadas, atua no Brasil e no exterior, na atividade bancária em todas as modalidades por meio de suas carteiras: comercial; de investimento; de crédito imobiliário; de crédito, financiamento e investimento; de arrendamento mercantil e de operações de câmbio. Por intermédio de suas controladas, atua direta ou indiretamente em diversas outras atividades, destacando-se as de Seguros, Previdência Privada, Capitalização, Corretagem de Títulos e Valores Mobiliários e Administração de Cartões de Crédito, Consórcios, Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas.

Nota 2 - Políticas Contábeis Significativas

a) Base de Preparação

As demonstrações contábeis do ITAÚ UNIBANCO e de suas controladas (ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO) foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Lei nº 11.941, de 27/05/2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões e avaliação dos ativos financeiros. As informações nas demonstrações contábeis e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Com a entrada em vigor da Resolução BCB nº 2/2020, a partir de janeiro de 2021, as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade.

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas a valor presente no Balanço Patrimonial Consolidado, sendo que as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas agrupadas na rubrica Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos da Demonstração do Resultado Consolidado. As operações de adiantamento sobre contratos de câmbio são reclassificadas de Outras Obrigações – Carteira de Câmbio para Operações de Crédito. O resultado de câmbio é representado pela variação e diferença de taxas incidentes sobre as contas patrimoniais representativas de moedas estrangeiras.

b) Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

I - Consolidação

Entidades controladas são as sociedades nas quais o ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. A avaliação de controle é realizada de forma contínua. As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é estabelecido até a data em que o controle deixa de existir.

As demonstrações contábeis consolidadas são preparadas utilizando políticas contábeis uniformes. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

II - Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros, é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precificação. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de *inputs* específicos e em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

III - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A análise da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações concedidas pelo ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO é realizada a partir da avaliação da classificação do atraso (*Ratings* AA-H), de forma individual ou coletiva, estabelecida na Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN. A Administração exerce seu julgamento na avaliação da adequação dos montantes de perda esperada resultantes de modelos e, conforme sua experiência, realiza ajustes que podem ser decorrentes da condição de crédito de determinados clientes ou de ajustes temporários decorrentes de situações ou novas circunstâncias que ainda não foram refletidas na modelagem. Além da classificação do atraso, considera também os seguintes aspectos:

- Horizonte de 12 meses, com utilização de cenários macroeconômicos base, ou seja, sem ponderação;
- Classificação de maior risco de acordo com a operação, cliente, atraso, renegociação, dentre outros.

Os critérios para provisão para créditos de liquidação duvidosa estão detalhados na Nota 16.

IV - Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*) do Ágio

A revisão do ágio por redução ao valor recuperável reflete a melhor estimativa da Administração sobre os fluxos de caixa futuros das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), com a identificação das UGC e a estimativa de seu valor justo menos custos de venda e/ou valor em uso.

Para determinação desta estimativa, o ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO utiliza-se da metodologia do fluxo de caixa descontado para um período de 5 anos, premissas macroeconômicas, de taxa de crescimento e taxa de desconto.

A taxa de desconto geralmente reflete variáveis financeiras e econômicas como a taxa de juros livre de risco e um prêmio de risco.

As UGC ou grupos de UGC são identificados no nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de administração interna.

V - Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias dedutíveis, e prejuízos fiscais e base negativa a compensar na medida em que i) se considera provável que o ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO gerará lucro tributável futuro para a sua utilização; e ii) apresente histórico de lucros ou receitas tributáveis em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais. A realização esperada do ativo fiscal é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 10.

VI - Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

O ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como perdas prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores. Informações adicionais estão descritas na Nota 8.

VII - Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações do ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se nas projeções macroeconômicas, na experiência histórica do ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO, em avaliações comparativas e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessários, são reconhecidos no resultado do respectivo período. Informações adicionais estão descritas na Nota 7.

c) Resumo das Principais Políticas Contábeis

I - Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO contemplam as operações realizadas por suas agências e controladas no país e no exterior e os fundos de investimentos que a entidade possui controle.

No ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO, os ágios registrados em controladas são amortizados com base na expectativa de rentabilidade futura e em laudos de avaliação ou pela realização dos investimentos, conforme normas e orientações do CMN e do BACEN.

A diferença no Lucro Líquido e no Patrimônio Líquido entre ITAÚ UNIBANCO e ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO (Nota 13c) resulta, substancialmente, da adoção de critérios distintos na amortização de ágios originados nas aquisições de investimentos, no registro de transações com acionistas não controladores onde não há alteração de controle (Nota 2c XIV) e no registro da variação cambial, anterior a 1º de janeiro de 2017, sobre os investimentos no exterior e *hedge* desses investimentos, cuja moeda funcional é diferente da controladora, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

Os efeitos da variação cambial sobre os investimentos no exterior estão apresentados na rubrica Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos na Demonstração do Resultado Consolidado para as controladas cuja moeda funcional é igual à da controladora e na rubrica Outros Resultados Abrangentes para as controladas cuja moeda funcional é diferente da controladora.

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem o ITAÚ UNIBANCO e suas controladas diretas e indiretas. Abaixo, apresenta-se as principais empresas cuja somatória representa mais de 95% do total do ativo consolidado:

	Moeda Funcional ⁽¹⁾	País de Constituição	Atividade	Participação % no capital votante em		Participação % no capital total em	
				30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
No País							
Banco Itaú Consignado S.A.	Real	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itauleasing S.A.	Real	Brasil	Instituição Financeira	98,30%	98,30%	98,25%	98,25%
Cia. Itaú de Capitalização	Real	Brasil	Capitalização	62,38%	62,38%	62,38%	62,38%
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Real	Brasil	Arrendamento Mercantil	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Real	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Hipercard Banco Múltiplo S.A.	Real	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itauseg Seguradora S.A.	Real	Brasil	Seguros	62,38%	62,38%	62,38%	62,38%
Itaú Seguros S.A.	Real	Brasil	Seguros	62,38%	62,38%	62,38%	62,38%
Itaú Vida e Previdência S.A.	Real	Brasil	Previdência Complementar	62,38%	62,38%	62,38%	62,38%
Redecard Instituição de Pagamento S.A. ⁽²⁾	Real	Brasil	Adquirente	68,62%	68,62%	68,60%	68,60%
No Exterior							
Banco Itaú (Suisse) S.A.	Franco Suíço	Suíça	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Argentina S.A.	Peso Argentino	Argentina	Instituição Financeira	98,98%	98,98%	99,00%	99,00%
Banco Itaú Paraguay S.A.	Guarani	Paraguai	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Itau Bank, Ltd.	Real	Ilhas Cayman	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau BBA International plc	Dólar	Reino Unido	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau BBA USA Securities Inc.	Real	Estados Unidos	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

1) Todas as dependências no exterior do ITAÚ UNIBANCO possuem moeda funcional igual a da controladora.

2) Nova denominação social da Redecard S.A.

II - Conversão de Moedas Estrangeiras

II.I - Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Contábeis do ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada controlada, entidade sob controle conjunto e investimento em coligada o ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO definiu a moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera.

II.II - Operações em Moeda Estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais são reconhecidos na Demonstração do Resultado Consolidado a menos que estejam relacionados a *hedges* de fluxo de caixa e *hedges* de investimento líquido em operações no exterior que são reconhecidos no Patrimônio Líquido.

III - Caixa e Equivalentes de Caixa

É definido como caixa, contas correntes em bancos e aplicações financeiras, considerados no Balanço Patrimonial nas rubricas Disponibilidades, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto (Posição Bancada) com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

IV - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Créditos Vinculados no BACEN Remunerados, Depósitos Remunerados, Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Obrigações por Empréstimos e Repasses, Dívidas Subordinadas e Demais Operações Ativas e Passivas

As operações com rendas e encargos prefixados são contabilizados pelo valor presente. As operações com rendas e encargos pós-fixados ou flutuantes são contabilizadas pelo valor do principal atualizado. As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial são contabilizadas pelo valor correspondente em moeda nacional. As operações passivas de emissão própria são apresentadas líquidas dos custos de transação incorridos, quando relevantes, calculadas *pro rata die*.

V - Títulos e Valores Mobiliários

Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN. São classificados nas seguintes categorias:

- **Títulos para Negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos Disponíveis para Venda** - Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido;
- **Títulos Mantidos até o Vencimento** - Títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor justo quando da transferência de outra categoria. Os títulos são atualizados até a data de vencimento, não sendo avaliados pelo valor justo.

Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido.

Os declínios no valor justo dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A hierarquia de valor justo é classificada conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo para Ativos Financeiros estão definidos abaixo:

Nível 1: Títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo.

Nível 2: Quando as informações de apreçamento não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como *Bloomberg*, *Reuters* e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo.

Nível 3: Quando não houver informações de apreçamento em um mercado ativo, utilizam-se modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário. No Nível 3 são classificados alguns títulos do governo brasileiro e privados com vencimentos após 2025 e que não são geralmente negociados em um mercado ativo. Já os derivativos com valores justos classificados no Nível 3 da hierarquia de valor justo estão compostos por opções exóticas, alguns *swaps* indexados com informações não observáveis e *swaps* com outros produtos, como swap com opção e com verificação, derivativos de crédito e futuros de algumas commodities.

As unidades responsáveis pela definição e aplicação dos modelos de apreçamento são segregadas das áreas de negócio. Os modelos são documentados, submetidos à validação de uma área independente e aprovados por comitê específico.

Todas as metodologias descritas acima podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, acredita-se que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Além disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do balanço.

Análise de Sensibilidade de Operações Nível 3: o valor justo dos instrumentos financeiros classificados como Nível 3 é mensurado utilizando-se técnicas baseadas em correlações com produtos associados e negociados em mercados ativos, estimativas internas e modelos internos.

Os dados não observáveis significativos usados na mensuração a valor justo dos instrumentos classificados como Nível 3 são: taxas de juros, preços de ativo objeto e a volatilidade. Variações significativas em quaisquer desses inputs isolados podem resultar em alterações significativas no valor justo.

VI - Instrumentos Financeiros Derivativos

São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN. As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor justo, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor justo em relação ao valor justo do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- *Hedge* de Fluxo de Mercado – Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor justo com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado;

- *Hedge* de Fluxo de Caixa – A parcela efetiva de *hedge* dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor justo com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva é reconhecida diretamente na Demonstração do Resultado;

- *Hedge* de Investimento Líquido em Operação no Exterior - É contabilizado de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa, ou seja, a parcela do ganho ou perda sobre o instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetivo é reconhecida no Patrimônio Líquido, reclassificado para o resultado do período em caso de alienação da operação no exterior. A parcela não efetiva é reconhecida no resultado do período.

VII - Operações de Crédito, de Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos (Operações com Característica de Concessão de Crédito)

Registradas a valor presente, calculadas *pro rata die* com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 60º dia de atraso, observada a expectativa do recebimento. Após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. Nas operações com cartões de crédito estão incluídos os valores a receber, decorrentes de compras efetuadas pelos seus titulares. Os recursos, correspondentes a esses valores, a serem pagos às credenciadoras, estão registrados no passivo, na rubrica Relações Interfinanceiras – Recebimentos e Pagamentos a Liquidar.

VIII - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas atendidas às normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN, dentre as quais se destacam:

- As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência;

- Considerando-se exclusivamente a inadimplência, as baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de empréstimos com prazo a decorrer superior a 36 meses.

IX - Outros Valores e Bens

Compostos por Bens Não Destinados a Uso, correspondentes a imóveis, veículos e outros bens disponíveis para venda (próprios desativados, recebidos em dação de pagamento ou oriundos de execução de garantias). Estes bens são ajustados a valor justo por meio da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes. Além disso, são registrados Prêmios não Ganhos de Resseguros (Nota 2c XV) e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

X - Investimentos

Incluem o ágio identificado na aquisição de coligadas e entidades controladas em conjunto, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada. São reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

- Coligadas: são empresas nas quais o ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO tem influência significativa, porém não detém o controle;

- Entidades Controladas em Conjunto: o ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO possui negócios em conjunto (*joint ventures*) nos quais as partes possuem o controle conjunto e direito sobre os ativos líquidos do negócio.

XI - Imobilizado

É contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas e demais detalhamentos são apresentadas na Nota 11.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada período.

O ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação da redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita no âmbito de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável.

XII - Ágio

Corresponde ao valor excedente pago na aquisição de investimentos e é amortizado com base na expectativa de rentabilidade futura ou por sua realização. É submetido semestralmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa (UGC) e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

A composição dos ativos intangíveis está descrita na Nota 12.

XIII - Intangível

É composto por: (i) Valor de ágio pago na aquisição de sociedade, transferido para o ativo intangível em razão da incorporação do patrimônio da adquirida pela adquirente; (ii) Direitos de uso, bem como direitos na aquisição de folhas de pagamento e contratos de associações, amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou na medida que os benefícios econômicos fluem para a empresa; e (iii) *Softwares* amortizados em cinco anos e carteiras de clientes amortizados em até dez anos.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada e os de vida útil indefinida são testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

XIV - Transações de Capital com Acionistas Não Controladores

Alterações de participação em uma controlada, que não resultam em perda de controle, são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido Consolidado.

XV - Operações de Seguros, Previdência e Capitalização

Contratos de Seguro estabelecem para uma das partes, mediante pagamento (prêmio) pela outra parte, a obrigação de pagar, a esta, determinada importância, no caso de ocorrência de um sinistro. O risco de seguro é definido quando um evento futuro e incerto, de natureza súbita e imprevista, independente da vontade do segurado, cuja ocorrência pode provocar prejuízos de natureza econômica.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

Os prêmios de seguros, cosseguros aceitos e despesas de comercialização são contabilizados pela emissão da apólice ou de acordo com o prazo de vigência do seguro, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e despesas de comercialização diferidas. Os juros decorrentes do fracionamento de prêmios de seguros são contabilizados quando incorridos. As receitas de contribuições previdenciárias, a receita bruta com

títulos de capitalização e as correspondentes constituições das provisões técnicas são reconhecidas por ocasião do recebimento.

Planos de Previdência Privada

Os contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB) garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados pela emissão da apólice ou no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido.

Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, o ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

Resseguros

No curso normal dos negócios, o ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos são lançados diretamente no resultado quando incorridos, com exceção dos custos de aquisição diferidos (comissões pagas aos corretores, agenciamento e angariação), que são lançados proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo correspondente ao contrato de seguro.

Passivos de Contratos de Seguros

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos, mas ainda não reportados e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas.

Teste de Adequação do Passivo

O ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO realiza o teste de adequação dos passivos utilizando premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Caso a análise demonstre insuficiência, qualquer deficiência identificada será contabilizada no resultado do período.

XVI - Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

São possíveis direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado, exceto quando a Administração do ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO entender que sua realização for praticamente certa, e geralmente correspondem a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável, e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões;
- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, não sendo nenhuma provisão registrada;
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e nem divulgação.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Contingências garantidas por cláusulas de indenização em processos de privatização e outros e com liquidez são reconhecidas quando da notificação judicial, sendo reconhecidos simultaneamente os valores a receber, não gerando efeito no resultado.

Obrigações Legais, Ações Fiscais e Previdenciárias

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

XVII - Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

Constituída com base no modelo de perda esperada, em montante suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada.

XVIII - Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável.

O componente diferido representado pelos ativos fiscais diferidos e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada exercício.

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração do Resultado Consolidado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, tais como: o imposto sobre a mensuração ao valor justo de títulos disponíveis para venda, benefícios pós emprego e o imposto sobre *hedges* de fluxo de caixa e de investimentos líquidos em operações no exterior. Posteriormente, estes itens são reconhecidos no resultado na realização do ganho/perda dos instrumentos.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração do Resultado Consolidado no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração do Resultado Consolidado na rubrica Outras Despesas Administrativas.

As alíquotas dos tributos, bem como suas bases de cálculo estão detalhadas na Nota 10.

XIX - Resultados de Exercícios Futuros

Referem-se: (i) às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo e (ii) deságios na aquisição de investimentos, não absorvidos no processo de consolidação.

XX - Benefícios Pós-Emprego

Planos de Pensão – Planos de Benefício Definido

O passivo ou ativo, conforme o caso, é reconhecido no Balanço Patrimonial Consolidado referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente utilizando-se o método do crédito unitário projetado. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o

valor estimado dos fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos de longo prazo emitidos pelo tesouro brasileiro denominados em Reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão.

Planos de Pensão - Contribuição Definida

Para os planos de contribuição definida, as contribuições aos planos efetuadas pelo ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO por meio de fundos previdenciais, são reconhecidas como um passivo em contrapartida de despesa, quando devidas.

Outras Obrigações Pós-Emprego

De forma semelhante aos planos de pensão de benefício definido, essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados, sendo que os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego e os ganhos e perdas decorrentes de ajuste de práticas e mudanças de premissas atuariais são reconhecidos no Patrimônio Líquido, em Outros Resultados Abrangentes, no período em que ocorrem.

Nota 3 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Nota	30/06/2021		31/12/2020	
		Até 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto		157.862	224	158.086	236.713
Posição Bancada		30.585	224	30.809	49.715
Posição Financiada		109.585	-	109.585	160.827
Posição Vendida		17.692	-	17.692	26.171
Aplicações no Mercado Aberto - Recursos Garantidores das Provisões Técnicas - SUSEP	7d	2.472	-	2.472	1.074
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		36.169	66.000	102.169	97.542
Total ^(1,2)		196.503	66.224	262.727	335.329
Total - 31/12/2020		270.601	64.728	335.329	

1) Inclui provisão para desvalorização de títulos no montante de R\$ (9) (R\$ (1) em 31/12/2020).

2) O valor justo do total de Aplicações no Mercado Aberto é igual ao valor contábil, do total de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros é de R\$ 102.384 (R\$ 97.740 em 31/12/2020).

Nota 4 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)

a) Resumo por Vencimento

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, já ajustados aos respectivos valores justos.

	30/06/2021					31/12/2020		
	Custo	Ajuste ao Valor Justo refletido no:		Valor Justo	%	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Valor Justo
		Resultado	Patrimônio Líquido					
Títulos Públicos - Brasil	259.204	(471)	323	259.056	38,6%	24.860	234.196	250.529
Letras Financeiras do Tesouro	25.286	1	-	25.287	3,8%	3.262	22.025	28.091
Letras do Tesouro Nacional	119.703	(787)	(87)	118.829	17,7%	21.296	97.533	96.024
Notas do Tesouro Nacional	69.084	306	282	69.672	10,4%	301	69.371	73.848
Tesouro Nacional / Securitização	121	-	32	153	-	-	153	184
Títulos da Dívida Externa Brasileira	45.010	9	96	45.115	6,7%	1	45.114	52.382
Títulos Públicos - Outros Países	30.625	16	(412)	30.229	4,5%	19.039	11.190	26.571
Títulos de Empresas	125.935	(403)	(273)	125.259	18,6%	34.335	90.924	95.158
Ações	11.227	(419)	(850)	10.158	1,5%	10.158	-	7.593
Cédula do Produtor Rural	9.139	-	83	9.222	1,4%	3.924	5.298	5.834
Certificados de Depósito Bancário	55	-	-	55	-	31	24	211
Certificados de Recebíveis Imobiliários	5.380	3	(27)	5.356	0,8%	260	5.096	5.347
Cotas de Fundos	9.433	6	-	9.439	1,4%	9.439	-	4.686
Debêntures	76.178	-	202	76.380	11,4%	6.065	70.315	56.898
Eurobonds e Assemelhados	6.113	1	58	6.172	0,9%	925	5.247	4.724
Letras Financeiras	1.957	-	7	1.964	0,3%	610	1.354	1.438
Notas Promissórias	4.908	-	27	4.935	0,7%	2.902	2.033	7.222
Outros	1.545	6	27	1.578	0,2%	21	1.557	1.205
Cotas de Fundos de PGBL / VGBL ⁽¹⁾	202.133	-	-	202.133	30,2%	202.133	-	205.820
Subtotal - Títulos e Valores Mobiliários	617.897	(858)	(362)	616.677	92,1%	280.367	336.310	578.078
Títulos para Negociação	361.196	(858)	-	360.338	53,9%	238.915	121.423	360.171
Títulos Disponíveis para Venda	182.830	-	(362)	182.468	27,2%	41.193	141.275	170.526
Títulos Mantidos até o Vencimento ^(2,3)	73.871	-	-	73.871	11,0%	259	73.612	47.381
Instrumentos Financeiros Derivativos	39.313	13.760	-	53.073	7,9%	36.824	16.249	47.073
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativo)	657.210	12.902	(362)	669.750	100,0%	317.191	352.559	625.151
Instrumentos Financeiros Derivativos (Passivo)	(40.437)	(10.854)	-	(51.291)	100,0%	(35.063)	(16.228)	(52.572)

1) Carteira de títulos dos planos de previdência PGBL e VGBL cuja propriedade e os riscos envolvidos são de clientes, contabilizada como Títulos e Valores Mobiliários - Títulos para Negociação, tendo como contrapartida no Passivo, a rubrica Provisões Técnicas de Previdência (Nota 7c).

2) Ajuste ao valor justo não contabilizado de R\$ 2.664 (R\$ 3.538 em 31/12/2020).

3) De forma a refletir a atual estratégia de gerenciamento de riscos, no período findo em 30/06/2021, o ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO alterou a classificação de Títulos Disponíveis para Venda, sendo R\$ 9.963 de Títulos Públicos - Brasil e R\$ 7.812 de Debêntures.

Durante o período, o ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO reconheceu por redução ao valor recuperável R\$ (223) (R\$ (220) de 01/01 a 30/06/2020) de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda. O Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos totalizou R\$ 1.200 (R\$ 410 de 01/01 a 30/06/2020).

No período, o resultado de Instrumentos Financeiros Derivativos bem como Ajuste a valor Justo de Títulos e Valores Mobiliários (notadamente títulos privados) tiveram seus valores afetados por oscilações de taxas e outras variáveis de mercado oriundas do impacto da pandemia da COVID-19 sobre o cenário macroeconômico do período (Nota 17c).

b) Resumo por Nível

	30/06/2021			Valor Justo
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Títulos para Negociação	139.499	220.531	308	360.338
Letras Financeiras do Tesouro	25.214	-	-	25.214
Letras do Tesouro Nacional	81.629	-	-	81.629
Notas do Tesouro Nacional	16.941	6.202	-	23.143
Títulos da Dívida Externa Brasileira	1.310	-	-	1.310
Títulos Públicos - Outros Países	3.900	-	-	3.900
Ações	4.828	232	-	5.060
Certificados de Depósito Bancário	-	48	-	48
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	156	156
Cotas de Fundos	347	211.225	-	211.572
Debêntures	1.671	1.226	149	3.046
<i>Eurobonds</i> e Assemelhados	3.659	-	3	3.662
Letras Financeiras	-	1.240	-	1.240
Notas Promissórias	-	159	-	159
Outros	-	199	-	199
Títulos Disponíveis para Venda	93.194	85.773	3.501	182.468
Letras Financeiras do Tesouro	73	-	-	73
Letras do Tesouro Nacional	20.360	-	-	20.360
Notas do Tesouro Nacional	40.071	1.050	-	41.121
Tesouro Nacional/Securitização	-	-	153	153
Títulos da Dívida Externa Brasileira	4.045	-	-	4.045
Títulos Públicos - Outros Países	14.083	12.227	-	26.310
Ações	853	4.245	-	5.098
Cédula do Produtor Rural	-	9.116	106	9.222
Certificados de Depósito Bancário	-	7	-	7
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	1.175	1.175
Debêntures	11.324	52.131	2.067	65.522
<i>Eurobonds</i> e Assemelhados	2.374	131	-	2.505
Letras Financeiras	-	724	-	724
Notas Promissórias	-	4.776	-	4.776
Outros	11	1.366	-	1.377
Instrumentos Financeiros Derivativos	(6)	1.756	32	1.782
Ativo	3	52.966	104	53.073
Passivo	(9)	(51.210)	(72)	(51.291)
Outros Créditos - Diversos	-	157	-	157
Outras Obrigações - Diversas	-	131	-	131
Total Geral	232.687	308.348	3.841	544.876
Total Geral em 31/12/2020	239.731	282.055	3.423	525.209
Títulos para Negociação	141.232	218.871	68	360.171
Títulos Disponíveis para Venda	98.498	68.602	3.426	170.526
Instrumentos Financeiros Derivativos	1	(5.429)	(71)	(5.499)
Ativo	23	46.957	93	47.073
Passivo	(22)	(52.386)	(164)	(52.572)
Outros Créditos - Diversos	-	6	-	6
Outras Obrigações - Diversas	-	5	-	5

c) Movimentações do Nível 3

	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado / não Realizado)			Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível	Valor Justo em 30/06/2021	Total de Ganhos ou Perdas (Não Realizado)
	Valor Justo em 31/12/2020	Reconhecidos no Resultado	Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes					
Ativos Financeiros para Negociação	68	(30)	-	346	(76)	-	308	4
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	3.426	(277)	377	384	(91)	(318)	3.501	(448)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Ativo	93	(10)	-	198	(171)	(6)	104	57
Instrumentos Financeiros Derivativos - Passivo	(164)	104	-	(155)	67	76	(72)	(32)

d) Análise de Sensibilidade de Operações Nível 3

Sensibilidade - Operações Nível 3		30/06/2021		31/12/2020	
Grupos de Fatores de Risco de Mercado	Cenários	Impactos		Impactos	
		Resultado	Patrimônio	Resultado	Patrimônio
Taxa de Juros	I	(0,36)	(1,29)	(0,65)	(1,17)
	II	(8,78)	(32,05)	(16,36)	(28,93)
	III	(17,27)	(63,56)	(31,82)	(57,44)
Commodities, Índices e Ações	I	-	-	-	-
	II	-	-	-	-
Não Lineares	I	(20,72)	-	(10,85)	-
	II	(33,19)	-	(14,60)	-

Na mensuração das sensibilidades são utilizados os seguintes cenários:

Taxa de Juros

Aplicação de choques de 1, 25 e 50 pontos-base (cenários I, II e III respectivamente) nas curvas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Commodities, Índices e Ações

Aplicação de choques de 5 e 10 pontos percentuais (cenários I e II respectivamente) nos preços de ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Não lineares

Cenário I: Aplicação de choques de 5 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Cenário II: Aplicação de choques de 10 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

e) Instrumentos Financeiros Derivativos

O ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO negocia instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições globais e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições.

Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a termo de instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps - Contratos de *swaps* de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes cada uma delas em moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal. Os contratos de *swaps* correspondem, principalmente, a contratos de índices de inflação.

Opções - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um instrumento financeiro dentro de um prazo limitado inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou instrumentos financeiros, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito - são instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal como falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

I - Hedge de Fluxo de Caixa

O objetivo deste *hedge* do ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO é proteger os fluxos de caixa de recebimento e pagamento de juros (CDB / Empréstimos Sindicalizados / Operações Ativas / Captações / Compromissadas) e as exposições de taxa de câmbio futuro (transações previstas altamente prováveis não contabilizadas) referente ao seu risco de taxa de juros variável (CDI / LIBOR / TPM* / Selic) e risco de taxa de câmbio, tornando o fluxo de caixa constante (prefixado) e independente das variações do DI Cetip Over, LIBOR, TPM* / Selic e Taxas de câmbio.

* TPM - Taxa de Política Monetária.

Estratégias	30/06/2021					
	Objetos de Hedge			Instrumentos de Hedge		
	Valor Contábil		Variação no valor reconhecido no Patrimônio Líquido ⁽¹⁾	Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa	Valor Nominal	Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do Hedge
	Ativos	Passivos				
Risco de Taxa de Juros						
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	-	69.169	(285)	(285)	69.812	(284)
Hedge de Operações Ativas	10.333	-	(52)	(52)	10.288	(52)
Hedge de Compromissadas Ativas	34.520	-	(233)	(233)	35.516	(233)
Risco Cambial						
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	15	-	(72)	(72)	15	(72)
Total	44.868	69.169	(642)	(642)	115.631	(641)

Estratégias	31/12/2020					
	Objetos de Hedge			Instrumentos de Hedge		
	Valor Contábil		Variação no valor reconhecido no Patrimônio Líquido ⁽¹⁾	Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa	Valor Nominal	Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do Hedge
	Ativos	Passivos				
Risco de Taxa de Juros						
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	-	101.929	(2.423)	(2.464)	103.417	(2.433)
Hedge de Operações Ativas	5.673	-	66	66	5.743	66
Hedge de Compromissadas Ativas	29.533	-	697	697	31.417	699
Risco Custos Variáveis						
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	31.594	-	(3)	(3)	15.803	(3)
Risco Cambial						
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	743	-	(64)	(64)	759	(64)
Total	67.543	101.929	(1.727)	(1.768)	157.139	(1.735)

1) Registrado na rubrica Outros Resultados Abrangentes.

Instrumentos de <i>Hedge</i>	30/06/2021						
	Valor Nominal	Valor Contábil ⁽¹⁾		Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do <i>Hedge</i>	Variação no valor reconhecida no Patrimônio Líquido ⁽²⁾	Inefetividade do <i>Hedge</i> Reconhecida no Resultado	Montante Reclassificado de Reserva de <i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa para o Resultado
		Ativos	Passivos				
Risco de Taxa de Juros⁽³⁾							
Futuros	115.616	96	-	(569)	(570)	1	(16)
Risco Cambial⁽⁴⁾							
Futuros	15	-	127	(72)	(72)	-	-
Total	115.631	96	127	(641)	(642)	1	(16)

Instrumentos de <i>Hedge</i>	31/12/2020						
	Valor Nominal	Valor Contábil ⁽¹⁾		Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do <i>Hedge</i>	Variação no valor reconhecida no Patrimônio Líquido ⁽²⁾	Inefetividade do <i>Hedge</i> Reconhecida no Resultado	Montante Reclassificado de Reserva de <i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa para o Resultado
		Ativos	Passivos				
Risco de Taxa de Juros⁽³⁾							
Futuros	140.577	146	-	(1.668)	(1.660)	(8)	(657)
Risco Cambial⁽⁴⁾							
Futuros	16.562	5	76	(67)	(67)	-	-
Total	157.139	151	76	(1.735)	(1.727)	(8)	(657)

1) Registrado na rubrica Instrumentos Financeiros Derivativos.

2) Registrado na rubrica Outros Resultados Abrangentes.

3) Futuro DI negociado na B3 e Swap de Taxa de Juros negociado na Bolsa de Chicago.

4) Futuro DDI e Opção de Compra de Dólar negociados na B3.

Os ganhos ou perdas relativos ao *Hedge* Contábil de Fluxo de Caixa, que o ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO espera reconhecer no resultado nos próximos 12 meses, totalizam R\$ (289) (R\$ (1.728) em 31/12/2020).

II - Hedge de Risco de Mercado

As estratégias de *hedge* de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO consiste em *hedges* de exposição à variação no risco de mercado, em recebimentos de juros, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

Estratégias	30/06/2021						
	Objetos de Hedge				Variação no valor reconhecido no Resultado ⁽¹⁾	Instrumentos de Hedge	
	Valor Contábil		Valor Justo			Valor Nominal	Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do Hedge
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos			
Risco de Taxa de Juros							
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito	3.548	-	3.570	-	22	3.548	(23)
<i>Hedge</i> de Captações	-	704	-	701	3	704	(2)
<i>Hedge</i> de Títulos Disponíveis para Venda	18.598	-	18.615	-	17	22.035	(17)
<i>Hedge</i> de Outros Ativos Financeiros	5.892	-	5.965	-	73	5.880	(72)
Total	28.038	704	28.150	701	115	32.167	(114)

Estratégias	31/12/2020						
	Objetos de Hedge				Variação no valor reconhecido no Resultado ⁽¹⁾	Instrumentos de Hedge	
	Valor Contábil		Valor Justo			Valor Nominal	Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do Hedge
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos			
Risco de Taxa de Juros							
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito	4.352	-	4.401	-	49	4.352	(58)
<i>Hedge</i> de Captações	-	564	-	568	(4)	564	5
<i>Hedge</i> de Títulos Disponíveis para Venda	22.729	-	23.877	-	1.148	24.976	(1.149)
Total	27.081	564	28.278	568	1.193	29.892	(1.202)

1) Registrado na rubrica Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.

No período findo em 30/06/2021, foi alterada a classificação de Títulos Disponíveis para Venda para Títulos Mantidos até o Vencimento, modificando parcialmente a carteira objeto do *hedge*. Dessa forma, houve desmonte parcial dessa estratégia e, visto que se trata de risco de mercado, a parcela efetiva foi reconhecida no resultado, não sendo reversível.

Instrumentos de <i>Hedge</i>	30/06/2021				
	Valor Nominal	Valor Contábil ⁽¹⁾		Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do <i>Hedge</i>	Inefetividade de <i>Hedge</i> Reconhecida no Resultado
		Ativos	Passivos		
Risco de Taxa de Juros					
<i>Swaps</i>	16.386	6.179	5.952	(146)	1
Outros Derivativos	10.564	-	10.564	(1)	-
Futuros	5.217	-	5.250	33	-
Total ⁽²⁾	32.167	6.179	21.766	(114)	1

Instrumentos de <i>Hedge</i>	31/12/2020				
	Valor Nominal	Valor Contábil ⁽¹⁾		Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do <i>Hedge</i>	Inefetividade de <i>Hedge</i> Reconhecida no Resultado
		Ativos	Passivos		
Risco de Taxa de Juros					
<i>Swaps</i>	7.606	2.456	-	(233)	(9)
Outros Derivativos	22.286	-	21.336	(969)	-
Total	29.892	2.456	21.336	(1.202)	(9)

1) Registrado na rubrica Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.

2) No período, o montante de R\$ 12.459 deixou de ser qualificado como hedge, sem efeito no resultado por se tratar de um hedge de risco de mercado.

Para proteger a variação no risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO utiliza contratos de *swaps* de taxa de juros. Os objetos de *hedge* são relativos a ativos e passivos prefixados, taxa fixa e denominadas em euros e dólares americanos, emitidos por controladas em Londres e Nassau, respectivamente.

O período em que se espera que os recebimentos (pagamentos) dos fluxos de juros ocorrerão e afetarão a demonstração de resultado será mensal.

III - Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior

A estratégia de *hedge* de investimento no exterior do ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO consiste em um *hedge* de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior em relação à moeda funcional da matriz.

Estratégias	30/06/2021					
	Objetos de Hedge			Instrumentos de Hedge		
	Valor Contábil		Variação no valor reconhecido no Patrimônio Líquido ⁽¹⁾	Reserva de Conversão de Moeda Estrangeira	Valor Nominal	Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do Hedge
	Ativos	Passivos				
Risco Cambial						
Hedge de Investimento em Operação Líquida no Exterior	7.967	-	(6.206)	(6.206)	11.678	(6.288)
Total	7.967	-	(6.206)	(6.206)	11.678	(6.288)
Estratégias	31/12/2020					
	Objetos de Hedge			Instrumentos de Hedge		
	Valor Contábil		Variação no valor reconhecido no Patrimônio Líquido ⁽¹⁾	Reserva de Conversão de Moeda Estrangeira	Valor Nominal	Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do Hedge
	Ativos	Passivos				
Risco Cambial						
Hedge de Investimento em Operação Líquida no Exterior	9.699	-	(6.808)	(6.608)	27.724	(6.859)
Total	9.699	-	(6.808)	(6.608)	27.724	(6.859)

1) Registrado na rubrica Outros Resultados Abrangentes.

30/06/2021							
Instrumentos de <i>Hedge</i>	Valor Nominal	Valor Contábil ⁽¹⁾		Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do <i>Hedge</i>	Variação no valor reconhecida no Patrimônio Líquido ⁽²⁾	Inefetividade de <i>Hedge</i> Reconhecida no Resultado	Montante Reclassificado da Reserva de Conversão de Moeda Estrangeira para o Resultado
		Ativos	Passivos				
Risco Cambial ⁽³⁾							
Futuro	8.343	-	149	(5.144)	(5.089)	(55)	-
<i>Futuro / NDF - Non Deliverable Forward</i>	1.079	-	132	203	212	(9)	-
Futuro / Ativos Financeiros	2.256	2.610	2.601	(1.347)	(1.329)	(18)	-
Total	11.678	2.610	2.882	(6.288)	(6.206)	(82)	-

31/12/2020							
Instrumentos de <i>Hedge</i>	Valor Nominal	Valor Contábil ⁽¹⁾		Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do <i>Hedge</i>	Variação no valor reconhecida no Patrimônio Líquido ⁽²⁾	Inefetividade de <i>Hedge</i> Reconhecida no Resultado	Montante Reclassificado da Reserva de Conversão de Moeda Estrangeira para o Resultado
		Ativos	Passivos				
Risco Cambial ⁽³⁾							
Futuro	11.262	-	61	(3.090)	(3.073)	(17)	-
<i>Futuro / NDF - Non Deliverable Forward</i>	15.196	456	-	(3.328)	(3.303)	(25)	-
Futuro / Ativos Financeiros	1.266	1.471	2.762	(441)	(432)	(9)	-
Total	27.724	1.927	2.823	(6.859)	(6.808)	(51)	-

1) Registrado na rubrica Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.

2) Registrado na rubrica Outros Resultados Abrangentes.

3) Futuro negociado na B3 e Ativos Financeiros ou Contratos NDF contratados por nossas controladas no exterior.

O período em que se espera que os recebimentos (pagamentos) dos fluxos de juros ocorrerão e afetarão a demonstração de resultado será pela baixa total ou parcial dos investimentos.

Nota 5 - Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos

a) Composição da Carteira de Crédito por Tipo de Operação e Níveis de Risco

Níveis de Risco	30/06/2021									31/12/2020	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Operações de Crédito	259.799	77.084	25.504	23.294	7.124	3.524	9.995	4.071	6.671	417.066	402.851
Empréstimos e Títulos Descontados	137.299	72.280	22.981	21.013	5.919	3.119	9.545	3.427	6.290	281.873	263.236
Financiamentos	39.656	4.041	1.719	1.669	1.014	167	313	254	213	49.046	68.608
Financiamentos Rurais	10.160	508	149	39	5	44	4	2	5	10.916	10.598
Financiamentos Imobiliários	72.684	255	655	573	186	194	133	388	163	75.231	60.409
Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro	23	11	5	4	2	-	-	-	-	45	27
Operações com Cartões de Crédito	11	16.618	872	322	196	170	162	141	693	19.185	19.247
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽¹⁾	6.037	247	182	72	106	15	38	25	-	6.722	5.250
Outros Créditos - Diversos ⁽²⁾	109	642	52	12	1	1	569	125	49	1.560	1.998
Total Operações com Características de Concessão de Crédito⁽³⁾	265.979	94.602	26.615	23.704	7.429	3.710	10.764	4.362	7.413	444.578	429.373
Garantias Financeiras Prestadas⁽⁴⁾										63.968	54.516
Total com Garantias Financeiras Prestadas	265.979	94.602	26.615	23.704	7.429	3.710	10.764	4.362	7.413	508.546	483.889
Total Operações com Características de Concessão de Crédito em 31/12/2020	248.339	94.898	26.824	23.121	7.862	4.153	9.794	6.112	8.270	429.373	

1) Composto por Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio e Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos, reclassificados de Outros Créditos / Obrigações - Carteira de Câmbio (Nota 2a).

2) Compostos por Títulos e Créditos a Receber, Devedores por Compra de Valores e Bens e Avais e Fianças Honrados.

3) O valor justo do total das Operações com Características de Concessão de Crédito, líquido da provisão de Garantias Financeiras Prestadas é de R\$ 448.513 (R\$ 437.644, em 31/12/2020).

4) Contabilizados em contas de compensação.

b) Composição por Faixas de Vencimento e Níveis de Risco

	30/06/2021									31/12/2020	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Operações em Curso Anormal^(1,2)											
Parcelas Vincendas	-	-	1.069	1.232	1.187	906	1.375	1.309	2.640	9.718	8.753
01 a 60	-	-	72	94	100	75	100	106	270	817	865
61 a 90	-	-	53	45	48	36	48	52	150	432	355
91 a 180	-	-	89	117	128	97	142	140	338	1.051	988
181 a 365	-	-	145	200	224	166	234	252	578	1.799	1.622
Acima de 365 dias	-	-	710	776	687	532	851	759	1.304	5.619	4.923
Parcelas Vencidas	-	-	177	317	389	383	5.289	1.072	3.010	10.637	6.394
01 a 60	-	-	177	293	140	120	673	156	343	1.902	1.591
61 a 90	-	-	-	17	214	46	4.295	390	178	5.140	790
91 a 180	-	-	-	7	35	201	257	448	649	1.597	1.590
181 a 365	-	-	-	-	-	16	64	78	1.739	1.897	2.270
Acima de 365 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	101	101	153
Subtotal (a)	-	-	1.246	1.549	1.576	1.289	6.664	2.381	5.650	20.355	15.147
Operações em Curso Normal											
Parcelas Vincendas	265.587	94.328	25.326	22.097	5.817	2.353	4.049	1.972	1.710	423.239	413.250
01 a 60	44.544	20.082	4.707	3.550	1.427	183	391	221	302	75.407	68.251
61 a 90	13.788	4.780	1.047	839	187	225	51	28	85	21.030	23.190
91 a 180	28.361	11.038	2.488	2.392	527	252	152	81	188	45.479	51.499
181 a 365	37.214	14.807	4.101	3.879	877	395	2.367	124	212	63.976	61.666
Acima de 365 dias	141.680	43.621	12.983	11.437	2.799	1.298	1.088	1.518	923	217.347	208.644
Parcelas Vencidas até 14 dias	392	274	43	58	36	68	51	9	53	984	976
Subtotal (b)	265.979	94.602	25.369	22.155	5.853	2.421	4.100	1.981	1.763	424.223	414.226
Total da Carteira (a + b)	265.979	94.602	26.615	23.704	7.429	3.710	10.764	4.362	7.413	444.578	429.373
Provisão Existente	(1.678)	(958)	(942)	(2.771)	(3.458)	(1.836)	(6.337)	(4.332)	(7.413)	(30.182)	(32.193)
Minima ⁽³⁾	-	(472)	(262)	(692)	(705)	(1.106)	(5.348)	(2.986)	(7.413)	(18.984)	(20.820)
Garantias Financeiras Prestadas ⁽⁴⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(457)	(459)
Complementar ^(3,5)	(1.678)	(486)	(680)	(2.079)	(2.753)	(730)	(989)	(1.346)	-	(10.741)	(10.914)
Provisão Existente Circulante										(12.768)	(12.780)
Provisão Existente Não Circulante										(17.414)	(19.413)
Total da Carteira em 31/12/2020	248.339	94.898	26.824	23.121	7.862	4.153	9.794	6.112	8.270	429.373	
Provisão Existente	(1.551)	(1.024)	(735)	(3.275)	(3.343)	(1.999)	(5.533)	(6.004)	(8.270)	(32.193)	
Minima ⁽³⁾		(473)	(264)	(670)	(745)	(1.242)	(4.882)	(4.274)	(8.270)	(20.820)	
Garantias Financeiras Prestadas ⁽⁴⁾										(459)	
Complementar ^(3,5)	(1.551)	(551)	(471)	(2.605)	(2.598)	(757)	(651)	(1.730)		(10.914)	

1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias ou de responsabilidade de empresas concordatárias ou em processo de falência.

2) O saldo das operações não atualizadas (Non Accrual) representam o montante de R\$ 16.309 (R\$ 11.486 em 31/12/2020).

3) O valor justo do total da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é igual ao valor contábil.

4) Provisão para garantias financeiras prestadas, registrada na rubrica Outras Obrigações - Diversas, no Balanço Patrimonial Consolidado.

5) Relacionada a perdas esperadas e potenciais.

c) Garantias Financeiras Prestadas por Tipo

Tipo de Garantia	30/06/2021		31/12/2020	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Adm. de Natureza Fiscal	27.066	(188)	27.191	(188)
Fianças Bancárias Diversas	19.276	(170)	18.992	(208)
Outras Garantias Financeiras Prestadas	3.115	(48)	3.196	(50)
Vinculadas a Distribuição de TVM por Oferta Pública	10.409	(30)	1.445	(1)
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prest. Serv. ou Execução de Obras	3.021	(12)	2.630	(10)
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	186	(2)	312	(1)
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	895	(7)	750	(1)
Total	63.968	(457)	54.516	(459)

d) Evolução da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

	30/06/2021	31/12/2020
Saldo Inicial - 01/01	(32.193)	(26.813)
Constituição Líquida do Período	(3.653)	(16.135)
Mínima	(3.828)	(13.379)
Garantias Financeiras Prestadas	2	241
Complementar ⁽¹⁾	173	(2.997)
Write-Off	5.575	11.506
Outros, principalmente Variação Cambial	89	(751)
Saldo Final ⁽²⁾	(30.182)	(32.193)
Mínima	(18.984)	(20.820)
Garantias Financeiras Prestadas ⁽³⁾	(457)	(459)
Complementar	(10.741)	(10.914)

1) Em 30/06/2021 o aumento na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Complementar está relacionado com a alteração do cenário macroeconômico a partir da segunda quinzena de março de 2020 e que impactou nosso modelo de provisionamento por perda esperada (Nota 17c).

2) Em 30/06/2021 e 31/12/2020 não há valores da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, referentes a Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro.

3) Provisão para garantias financeiras prestadas, registrada na rubrica Outras Obrigações - Diversas do Balanço Patrimonial Consolidado.

Em 30/06/2021 o saldo da provisão em relação à carteira de crédito equivale a 6,8% (7,5% em 31/12/2020).

e) Renegociação de Créditos

O valor total de Créditos Renegociados de R\$ 26.472 (R\$ 26.549 em 31/12/2020) inclui operações oriundas de operações em dia ou com atraso inferior a 30 dias, reflexo de alterações nos termos contratuais originais, no montante de R\$ 10.138 (R\$ 10.325 em 31/12/2020).

Assim as operações de Crédito Renegociadas acima de 30 dias, totalizam R\$ 16.334 (R\$ 16.224 em 31/12/2020), sendo a respectiva Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa de R\$ (7.188) (R\$ (6.899) em 31/12/2020).

Nota 6 - Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

	30/06/2021			31/12/2020
	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Depósitos ⁽²⁾	346.032	365.239	711.271	719.844
Captações no Mercado Aberto ⁽²⁾	214.338	46.606	260.944	282.096
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽²⁾	38.622	45.819	84.441	92.743
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	35.733	32.079	67.812	73.108
<i>Non-Trade Related</i> - Emitidos no Exterior	2.518	13.327	15.845	18.676
Captação por Certificados de Operações Estruturadas ⁽¹⁾	371	413	784	959
Obrigações por Empréstimos e Repasses ⁽²⁾	45.902	11.029	56.931	57.553
Empréstimos	42.279	4.153	46.432	46.181
Repasses - do País - Instituições Oficiais	3.623	6.876	10.499	11.372
Dívidas Subordinadas ⁽²⁾	116	5.818	5.934	5.536
Total	645.010	474.511	1.119.521	1.157.772
Total - 31/12/2020	702.723	455.049	1.157.772	

1) Em 30/06/2021, o valor justo da Captação por Certificados de Operações Estruturadas emitidas é de R\$ 820 (R\$ 1.018 em 31/12/2020).

2) O valor justo do total de Depósitos é de R\$ 711.245 (R\$ 719.799 em 31/12/2020), do total de Captações no Mercado Aberto é igual ao valor contábil, do total de Recursos de Aceites e Emissão de Títulos é de R\$ 84.476 (R\$ 92.803 em 31/12/2020), do total de Obrigações por Empréstimos e Repasses é de R\$ 56.986 (R\$ 57.624 em 31/12/2020), do total de Dívidas Subordinadas é igual ao valor contábil.

Nota 7 - Operações com Seguros, Previdência Privada e Capitalização

No ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO, as provisões técnicas visam reduzir os riscos envolvidos nos contratos de Seguros, Previdência Privada e Capitalização e são calculadas de acordo com as Notas Técnicas aprovadas pela SUSEP.

a) Seguros e Previdência Privada

- **Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG)** – constituída com base nos prêmios de seguros, para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer. No cálculo, considera-se o prazo a decorrer tanto dos riscos assumidos e emitidos quanto dos riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) nas apólices ou endossos dos contratos vigentes, pelo critério *pro rata die*;

- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** - constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros avisados e não pagos, incluindo os sinistros administrativos e judiciais. Abrange valores relativos às indenizações, pecúlios e rendas vencidas, todos brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro, quando aplicável. Quando necessário, deve contemplar ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo de regulação até a sua liquidação final;

- **Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo os sinistros administrativos e judiciais. Abrange valores relativos a indenizações, pecúlios e rendas, todos brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro;

- **Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC)** - constituída para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício e/ou da indenização;

- **Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)** - constituída para a cobertura dos compromissos de pagamento de indenizações e/ou benefícios assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, depois de ocorrido o evento;

- **Provisão de Excedentes Financeiros (PEF)** - constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit financeiro, quando previsto em contrato. Corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida no produto;

- **Provisão Complementar de Cobertura (PCC)** - constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor;

- **Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)** - constituída para cobertura dos valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios ou fundos, às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidos para a sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar receptora e aos prêmios recebidos e não cotizados;

- **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a benefícios e indenizações, em função de eventos ocorridos e a ocorrer.

b) Capitalização

- **Provisão Matemática para Capitalização (PMC)** - constituída enquanto não ocorre o evento gerador de resgate do título, e abrange a parcela dos valores arrecadados para capitalização;

- **Provisão para Resgate (PR)** - constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação;

- **Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)** - constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados;

- **Provisão para Sorteios a Pagar (PSP)** - constituída a partir da data de realização do sorteio até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação;

- **Provisão Complementar de Sorteios (PCS)** - constituída para complementar a Provisão de Sorteios a Realizar. Utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos sorteios a realizar;

- **Provisão para Despesas Administrativas (PDA)** - constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização.

c) Saldo das Provisões Técnicas

	30/06/2021	31/12/2020
Prêmios não Ganhos (PPNG)	2.481	2.301
Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) e Concedidos (PMBC)	213.097	215.232
Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)	458	348
Excedente Financeiro (PEF)	652	657
Sinistros a Liquidar (PSL)	631	568
Sinistros / Eventos Ocorridos e não Avisados (IBNR)	268	245
Despesas Relacionadas (PDR) e Administrativas (PDA)	123	119
Matemática para Capitalização (PMC) e Resgates (PR)	3.312	3.453
Sorteios a Pagar (PSP) e a Realizar (PSR)	12	11
Outras Provisões	394	308
Total Provisões Técnicas (a)	221.428	223.242
Circulante	6.518	2.795
Não Circulante	214.910	220.447

d) Recursos Garantidores das Provisões Técnicas

	30/06/2021	31/12/2020
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - Aplicações no Mercado Aberto	2.472	1.074
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	219.953	223.138
Cotas de Fundos de PGBl / VGBl ⁽¹⁾	202.133	205.821
Títulos Públicos - Brasil	158.398	161.222
Letras do Tesouro Nacional, Letras Financeiras do Tesouro e Notas do Tesouro Nacional Compromissadas	142.156	152.910
Títulos Privados	34.026	33.264
Ações, Compromissadas, Debêntures, CDB e Notas Promissórias	27.160	18.815
Letras Financeiras	6.711	14.346
Outros	155	103
Cotas de Fundos de PGBl / VGBl	6.319	9.215
Demais Títulos ⁽²⁾	3.390	2.120
Outros Títulos Públicos e Privados	17.820	17.317
Crédito com Operações de Seguros e Resseguros ⁽³⁾	1.281	1.204
Direitos Creditórios	1.095	1.036
Outros Créditos	186	168
Total Recursos Garantidores (b)	223.706	225.416
Total Cobertura Excedente (b-a)	2.278	2.174

1) Carteira de títulos dos planos de previdência PGBl e VGBl cuja propriedade e os riscos envolvidos são de clientes, contabilizada como Títulos e Valores Mobiliários - Títulos para Negociação, tendo como contrapartida no Passivo, a rubrica Provisões Técnicas de Previdência (Nota 7c).

2) Inclui Instrumentos Financeiros Derivativos, Empréstimo de Ações e Contas a Receber/Pagar.

3) Registrado em Outros Créditos e Outros Valores e Bens.

Nota 8 - Ativos e Passivos Contingentes, Obrigações Legais, Ações Fiscais e Previdenciárias

A ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO, em decorrência do curso normal de suas atividades, poderá figurar como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

a) Ativos Contingentes

Não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingências

Os critérios de quantificação das provisões e as contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a semelhança com processos anteriores, bem como a jurisprudência dominante. A constituição de provisão ocorre sempre que a perda for classificada como provável.

As obrigações legais decorrem de ações judiciais ingressadas para discutir a legalidade e inconstitucionalidade da legislação em vigor, sendo objeto de provisão contábil.

I - Ações Cíveis

As provisões e as contingências decorrem, geralmente, de pleitos relacionados à revisão de contratos e de ações de indenização por danos materiais e morais, sendo os processos classificados da seguinte forma:

Processos Massificados: são relativos às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. A apuração da provisão é realizada mensalmente, considerando o valor esperado da perda, realizada por meio de aplicação de parâmetro estatístico, tendo em conta a natureza da ação e as características do juízo em que tramitam (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum). As contingências e provisões são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: são relativos às ações com características peculiares ou de valor relevante, apurando-se periodicamente a probabilidade de perda, a partir da determinação do valor do pedido e particularidades das ações. A probabilidade de perda é estimada conforme as particularidades das ações.

O ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO, apesar de ter observado as regras vigentes à época, figura como réu em ações ajuizadas por pessoas físicas que versam sobre a cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança, decorrente de planos econômicos implementados nas décadas de 80 e 90, bem como em ações coletivas ajuizadas por: (i) associações de defesa do consumidor; e (ii) Ministério Público, em nome dos titulares de cadernetas de poupança. O ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO constitui provisões quando do recebimento da citação, bem como no momento em que as pessoas físicas exigem a execução da decisão proferida pelo Judiciário, utilizando os mesmos critérios adotados para determinar as provisões das ações individuais.

O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu algumas decisões a favor dos titulares de cadernetas de poupança, mas não consolidou seu entendimento no tocante à constitucionalidade dos planos econômicos e sua aplicabilidade às cadernetas de poupança. Atualmente, os recursos relacionados a essa questão estão suspensos, por determinação do STF, até que haja um pronunciamento definitivo desta Corte quanto ao direito discutido.

Em Dezembro de 2017, sob mediação da Advocacia-Geral da União (AGU) e supervisão do BACEN, poupadores (representados por duas associações civis, FEBRAPO e IDEC) e a FEBRABAN assinaram instrumento de acordo com o objetivo de finalizar os litígios relacionados aos planos econômicos, tendo o ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO aderido aos seus termos. Referido acordo foi homologado, em 01/03/2018, pelo Plenário do STF e os poupadores puderam aderir a seus termos pelo prazo de 24 meses.

Em razão do encerramento desse prazo, as partes assinaram um aditivo ao instrumento de acordo para prorrogar o período de adesão e, assim, contemplar um número maior de poupadores e, conseqüentemente, aumentar o encerramento das ações judiciais. Em maio de 2020 o STF homologou esse aditivo e concedeu o prazo de 30 meses para novas adesões, podendo esse prazo ser prorrogado por mais 30 meses, condicionado à prestação de contas da quantidade de adesões ao longo do primeiro período.

II - Ações Trabalhistas

As provisões e as contingências decorrem de ações em que se discutem pretensos direitos trabalhistas específicos à categoria profissional, tais como: horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria, entre outros. Esses processos possuem a seguinte classificação:

Processos Massificados: referem-se às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. O valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente, conforme modelo estatístico, que precifica as ações e é reavaliado considerando as decisões judiciais proferidas. As provisões e as contingências são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: referem-se às ações com características peculiares ou de valor relevante. A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido. A probabilidade de perda é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação.

III - Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com Fundos de Compensações de Variações Salariais (FCVS) cedidos ao Banco Nacional.

Segue abaixo a movimentação das provisões Cíveis, Trabalhistas e Outros Riscos:

Nota	30/06/2021			31/12/2020	
	Cíveis	Trabalhistas	Outros Riscos	Total	Total
Saldo Inicial - 01/01	3.050	7.645	1.420	12.115	12.201
(-) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização	2c XVI (216)	(891)	-	(1.107)	(1.123)
Subtotal	2.834	6.754	1.420	11.008	11.078
Atualização / Encargos	93	232	-	325	638
Movimentação do Período Refletida no Resultado	327	1.799	34	2.160	3.222
Constituição	462	1.882	34	2.378	3.620
Reversão	(135)	(83)	-	(218)	(398)
Pagamento	(492)	(1.095)	(2)	(1.589)	(3.930)
Subtotal	2.762	7.690	1.452	11.904	11.008
(+) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização	2c XVI 222	898	-	1.120	1.107
Saldo Final	2.984	8.588	1.452	13.024	12.115
Circulante	1.103	2.821	-	3.924	4.051
Não Circulante	1.881	5.767	1.452	9.100	8.064
Saldo Final em 31/12/2020	3.050	7.645	1.420	12.115	

Na movimentação das provisões Cíveis, Trabalhistas e Outros Riscos, o saldo Circulante de Depósitos em Garantia de Recursos é de R\$ 1.058 (R\$ 1.170 em 31/12/2020), e Não Circulante de R\$ 2.044 (R\$ 1.975 em 31/12/2020).

IV - Ações Fiscais e Previdenciárias

As provisões tributárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de lançamento de ofício, acrescido de juros, multa e encargos, quando aplicável.

Abaixo está demonstrada a movimentação das provisões:

Nota	30/06/2021		31/12/2020	
	Obrigação Legal 10c	Ações Fiscais e Previdenciárias	Total	Total
Saldo Inicial - 01/01	2.688	2.675	5.363	6.411
(-) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização	2c XVI -	(71)	(71)	(68)
Subtotal	2.688	2.604	5.292	6.343
Atualização/Encargos	14	71	85	170
Movimentação do Período Refletida no Resultado	26	3	29	42
Constituição	36	43	79	102
Reversão	(10)	(40)	(50)	(60)
Pagamento	(191)	(60)	(251)	(1.263)
Subtotal	2.537	2.618	5.155	5.292
(+) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização	2c XVI -	71	71	71
Saldo Final	2.537	2.689	5.226	5.363
Circulante	77	28	105	50
Não Circulante	2.460	2.661	5.121	5.313
Saldo Final em 31/12/2020	2.688	2.675	5.363	

Na movimentação das provisões tributárias, o saldo de Depósitos em Garantia de Recursos está classificado como Não Circulante no valor de R\$ 6.538 (R\$ 6.714 em 31/12/2020).

A principal discussão relativa à provisão das Ações Fiscais e Previdenciárias está descrita a seguir:

- INSS – Verbas não Remuneratórias – R\$ 1.672: defende-se a não incidência da contribuição previdenciária sobre verbas pagas a título de participação nos lucros. O saldo do depósito judicial totaliza R\$ 953.

c) Contingências não Provisionadas no Balanço

Os valores envolvidos em discussões administrativas e judiciais com risco estimado de perda possível não são objeto de provisão contábil e basicamente são compostas por:

I - Ações Cíveis e Trabalhistas

Nas Ações Cíveis de perda possível, o risco total estimado é de R\$ 4.254 (R\$ 3.987 em 31/12/2020), sendo que neste montante não existem valores decorrentes de participação em Entidades Controladas em Conjunto.

Para as Ações Trabalhistas de perda possível, o risco estimado é de R\$ 369 (R\$ 350 em 31/12/2020).

II - Ações Fiscais e Previdenciárias

As Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível totalizam R\$ 18.886 (R\$ 18.880 em 31/12/2020).

As provisões relativas às discussões administrativas e judiciais do ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO são de longo prazo e em virtude do tempo de tramitação desses processos impedem a divulgação de prazo para encerramento.

O ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO com base em pareceres de seus assessores legais, não está envolvido em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar, de forma relevante, os resultados de suas operações.

Nota 9 - Detalhamento de Contas

a) Outros Créditos - Diversos

	Nota	30/06/2021	31/12/2020
Carteira de Câmbio		93.781	92.414
Negociação e Intermediação de Valores		15.926	22.311
Depósitos em Garantia - Contingências, Provisões e Obrigações Legais	8b	9.640	9.859
Operações sem Características de Concessão de Crédito, Líquidas de provisão		3.310	3.211
Rendas a Receber		2.755	2.717
Crédito com Operações de Seguros e Resseguros		1.433	1.353
Diversos no País		2.321	1.502
Valores Líquidos a Receber de Reembolso de Provisões		892	859
Ativos de Planos de Benefícios Pós-Emprego		576	584
Outros		1.371	1.172
Total		132.005	135.982
Circulante		114.321	109.562
Não Circulante		17.684	26.420

b) Outras Obrigações - Diversas

	30/06/2021	31/12/2020
Carteira de Câmbio	95.179	93.053
Transações de Pagamento	36.274	38.388
Negociação e Intermediação de Valores	11.636	9.790
Sociais e Estatutárias	5.220	5.716
Operações Vinculadas a Cessão de Crédito	1.147	1.620
Diversos no País	2.479	2.350
Provisão de Pessoal	2.093	1.817
Provisões para Pagamentos Diversos	1.821	1.610
Recursos a Liberar	5.883	3.934
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento	1.290	1.326
Passivos de Planos de Benefícios Pós Emprego	1.796	1.798
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	7.764	223
Diversos no Exterior	242	176
Outras	2.131	1.299
Total	174.955	163.100
Circulante	166.558	145.292
Não Circulante	8.397	17.808

c) Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Cartões de Crédito e Débito	2.779	2.612
Serviços de Conta Corrente	3.619	3.828
Administração de Recursos	<u>3.643</u>	<u>3.737</u>
Fundos	3.264	3.410
Consórcios	379	327
Operações de Crédito e Garantias Financeiras Prestadas	<u>1.168</u>	<u>1.096</u>
Operações de Crédito	606	457
Garantias Financeiras Prestadas	562	639
Serviços de Recebimentos	996	923
Assessoria Econômica, Financeira e Corretagem	299	247
Serviços de Custódia	260	233
Outras	844	577
Total	13.608	13.253

d) Despesas de Pessoal

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Remuneração	(2.615)	(2.557)
Participação dos Empregados nos Lucros	(2.162)	(1.706)
Benefícios Sociais	(1.826)	(1.750)
Encargos	(1.596)	(1.500)
Desligamento de Funcionários	(583)	-
Plano de Pagamento Baseado em Ações	(8)	72
Treinamento	(28)	(40)
Total	(8.818)	(7.481)

e) Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Serviços de Terceiros, Sistema Financeiro, Segurança e Transportes	(2.538)	(2.486)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(1.384)	(1.463)
Instalações	(1.185)	(1.270)
Depreciação e Amortização	(1.418)	(1.313)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(295)	(363)
Materiais	(108)	(142)
Viagens	(14)	(57)
Outras ⁽¹⁾	(633)	(343)
Total	(7.575)	(7.437)

1) Em 30/06/2020 contempla R\$ (119) referente às doações da iniciativa "Todos pela Saúde" (Nota 17c).

Nota 10 - Tributos

O ITAÚ UNIBANCO e cada uma de suas controladas apuram separadamente, em cada exercício, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%	PIS ⁽¹⁾	0,65%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%	COFINS ⁽¹⁾	4,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	20,00%	ISS até	5,00%

1) Para as controladas não financeiras que se enquadram no regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS é de 1,65% e da COFINS é de 7,60%.

a) Despesas com Impostos e Contribuições

I - Demonstração do Cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Devidos sobre Operações do Período	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	15.966	(8.476)
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes	(7.185)	3.814
Acréscimos / Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
Participações em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	395	187
Varição Cambial de Investimentos no Exterior	(420)	7.258
Juros sobre o Capital Próprio	1.149	76
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis ⁽¹⁾	2.331	(15.829)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.730)	(4.494)
Referentes a Diferenças Temporárias		
Constituição / (Reversão) do Período	(1.637)	17.606
(Despesas) / Receitas de Tributos Diferidos	(1.637)	17.606
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(5.367)	13.112

1) Contempla (Inclusões) e Exclusões Temporárias.

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Ativos Fiscais Diferidos e sua movimentação, segregado em função das origens e desembolsos, estão representados por:

	Ativos Fiscais Diferidos			
	31/12/2020	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2021
Refletido no Resultado	47.507	(13.096)	11.024	45.435
Refletido no Patrimônio Líquido	1.457	(543)	188	1.102
Total ^(1,2)	48.964	(13.639)	11.212	46.537
Contribuição Social a Compensar Decorrente da Opção Prevista no Artigo 8º da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24/08/2001	65	-	-	65

1) Os registros contábeis de ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, e/ou sobre bases negativas da contribuição social sobre o lucro líquido bem como aqueles decorrentes de diferenças temporárias, são baseados em estudos técnicos de viabilidade que consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade para cada controlada individualmente e para o consolidado tomado em conjunto.

2) Os Ativos Fiscais Diferidos são classificados em sua totalidade como Não Circulante.

II - O saldo das Obrigações Fiscais Diferidas e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2020	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2021
Refletido no Resultado	2.182	(666)	510	2.026
Refletido no Patrimônio Líquido	490	(308)	21	203
Total ⁽¹⁾	2.672	(974)	531	2.229

1) As Obrigações Fiscais Diferidas são classificadas em sua totalidade como Não Circulante.

c) Obrigações Fiscais Correntes

	Nota	30/06/2021	31/12/2020
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar		2.307	2.630
Demais Impostos e Contribuições a Pagar		1.364	1.657
Obrigações Legais	8b IV	2.537	2.688
Total		6.208	6.975
Circulante		3.610	3.912
Não Circulante		2.598	3.063

Nota 11 - Imobilizado

Imobilizado ⁽¹⁾	Taxa Anual de Depreciação	Custo	Depreciação	Redução ao Valor Recuperável	30/06/2021	31/12/2020
					Residual	Residual
Imóveis		6.070	(3.251)	(110)	2.709	2.602
Terrenos		772	-	-	772	781
Edificações e Benfeitorias	4% a 10%	5.298	(3.251)	(110)	1.937	1.821
Outras Imobilizações		12.085	(9.121)	(37)	2.927	3.195
Instalações e Mobiliário	10% a 20%	2.797	(2.011)	(10)	776	806
Sistemas de Processamento de Dados	20% a 50%	7.388	(5.983)	(27)	1.378	1.555
Outros ⁽²⁾	10% a 20%	1.900	(1.127)	-	773	834
Total		18.155	(12.372)	(147)	5.636	5.797

1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 13, realizáveis até 2024.

2) Outros referem-se às tratativas de Imobilizações em Curso e demais Equipamentos de Comunicação, Segurança e Transporte.

Nota 12 - Ágio e Intangível

	Ativos Intangíveis					Total
	Ágio e Intangível de Incorporação	Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Softwares Adquiridos	Softwares Desenvolvidos Internamente	Outros Ativos Intangíveis ⁽¹⁾	
Taxas Anuais de Amortização	Até 20%	8%	20%	20%	10% a 20%	
Custo						
Total - 31/12/2020	1.872	457	3.724	7.651	2.530	16.234
Aquisições	-	1	375	1.355	453	2.184
Baixas	(38)	-	(2)	(11)	(82)	(133)
Variação Cambial	(12)	-	(32)	-	(11)	(55)
Outros	-	(7)	(14)	1	1	(19)
Total - 30/06/2021	1.822	451	4.051	8.996	2.891	18.211
Amortização						
Total - 31/12/2020	(1.192)	(202)	(2.371)	(3.288)	(1.214)	(8.267)
Despesa de Amortização ⁽²⁾	(118)	(17)	(227)	(537)	(255)	(1.154)
Baixas	38	-	1	10	82	131
Variação Cambial	13	-	12	-	9	34
Outros	-	7	9	-	(1)	15
Total - 30/06/2021	(1.259)	(212)	(2.576)	(3.815)	(1.379)	(9.241)
Redução ao Valor recuperável						
Total - 31/12/2020	-	-	(171)	(383)	-	(554)
Constituição	-	-	-	(428)	-	(428)
Total - 30/06/2021	-	-	(171)	(811)	-	(982)
Valor Contábil						
Total - 30/06/2021	563	239	1.304	4.370	1.512	7.988
Total - 31/12/2020	680	255	1.182	3.980	1.316	7.413

1) Inclui dos valores pagos para aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, aposentadorias, pensões e similares.

2) As despesas de amortização do direito de aquisição de folhas de pagamentos e associações no montante de R\$ (270) (R\$ (454) no período de 01/01 a 31/12/2020), são divulgadas na rubrica Despesa de Intermediação Financeira.

Nota 13 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social está representado por 6.674.016.228 ações escriturais sem valor nominal, sendo 3.390.407.265 ações ordinárias e 3.283.608.963 por ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, em eventual alienação de controle, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

Em AGE de 21/05/2020, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 7.000, homologado pelo BACEN em 28/05/2020, com emissão de 458.027.603 ações.

Em AGE de 02/06/2020, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 3.000, homologado pelo BACEN em 04/06/2020, com emissão de 196.297.544 ações.

Em AGE de 11/12/2020, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 4.000, homologado pelo BACEN em 30/12/2020, com emissão de 246.205.015 ações.

Em AGE de 31/12/2020, homologado pelo BACEN em 23/07/2021, deliberou a cisão parcial do capital social para o Itaú Unibanco Holding S.A. no montante de R\$ 6.053 (Nota 17b).

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos obrigatórios, em cada exercício, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social.

Remuneração aos Acionistas

	01/01 a 30/06/2021			01/01 a 30/06/2020		
	Valor Bruto	IRF	Líquido	Valor Bruto	IRF	Líquido
Pagos	1.858	(279)	1.579	2.990	(449)	2.541
Juros Sobre o Capital Próprio	768	(115)	653	-	-	-
Juros Sobre o Capital Próprio (provisionado no período anterior)	1.090	(164)	926	2.990	(449)	2.541
Provisionados / (Reversão)	1.790	(269)	1.521	220	(33)	187
Juros Sobre o Capital Próprio	1.790	(269)	1.521	220	(33)	187

c) Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido (Nota 2cI)

	Nota	Lucro Líquido		Patrimônio Líquido	
		01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020	30/06/2021	31/12/2020
ITAÚ UNIBANCO		10.079	2.599	109.431	111.849
Amortização de Ágio	2c I	11	2	(113)	(121)
Hedge de Investimento Líquido em Operações no Exterior		(74)	1.421	90	1
Resultado Não Realizado e Outros ⁽¹⁾		3	1	15	12
Ajuste de Instrumentos Financeiros		85	-	(6)	-
ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO		10.104	4.023	109.417	111.741

1) Ganho de Capital entre Controladas.

d) Participações de Não Controladores

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	30/06/2021	31/12/2020	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Banco Itauleasing S.A.	223	219	(3)	(2)
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	682	576	(105)	(66)
Itauseg Participações S.A.	3.887	4.102	(110)	(340)
Itaú Corretora de Seguros S.A.	279	811	(87)	(93)
Redecard Instituição de Pagamento S.A.	7.183	5.285	(67)	(27)
Outras	209	352	(51)	(37)
Total	12.463	11.345	(423)	(565)

Nota 14 - Partes Relacionadas

a) Transações com Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. As principais partes relacionadas são:

- Controladoras - acionistas diretos e os indiretos: Itaú Unibanco Holding S.A., sua respectiva agência em Cayman e a Itaúsa S.A.;
- Coligadas - empresas não controladas pelo ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO;

- Fundos de investimentos – fundos não consolidados pelo ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO;
- Outras - as participações diretas e indiretas da Itaúsa S.A.; entidades fechadas de previdência complementar, que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo Itaú Unibanco Holding S.A., criados exclusivamente para seus colaboradores; e Fundações e Institutos mantidos por doações do Itaú Unibanco Holding S.A., e pelo resultado gerado pelos seus ativos para viabilização de seus objetivos, bem como a manutenção de estrutura operacional e administrativa.

	Taxa Anual	Ativos / (Passivos)		Receitas / (Despesas)	
		30/06/2021	31/12/2020	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		65.083	79.780	842	1.035
Coligadas	1,2% / 100% SELIC / 100% a 102% DI	65.083	79.780	842	1.035
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Posição Ativa e Passiva)		1.197	2.194	(835)	64
Controladoras	2,9% a 6,5% / CDI + 2% a 2,4%	(455)	816	(898)	-
Coligadas		189	84	21	54
Fundos de Investimentos		364	344	19	10
Outras	CDI + 1,7% a 2,95%	1.099	950	23	-
Operações de Crédito		625	727	35	69
Coligadas		-	11	21	26
Outras	2,5% a 6% / CDI + 1,3% a 1,5% / 100% CDI	625	716	14	43
Carteira de Câmbio (Posição Ativa e Passiva)		-	-	-	(8)
Coligadas		-	-	-	(8)
Negociação e Intermediação de Valores (Posição Ativa e Passiva)		347	95	-	-
Coligadas		347	95	-	-
Relações Interfinanceiras e Interdependências (Posição Ativa e Passiva)		11.190	13.669	-	-
Coligadas		11.190	13.669	-	-
Depósitos		(58.644)	(64.634)	(1.574)	(1.621)
Controladoras	1,57% a 6,6%	(57.509)	(63.521)	(1.554)	(1.592)
Coligadas	100% SELIC	(1.135)	(1.113)	(20)	(29)
Captações no Mercado Aberto		(14.095)	(6.461)	(179)	(224)
Controladoras	4,15%	(1.716)	(2.729)	(24)	(94)
Coligadas	100% SELIC / 100% CDI	(11.277)	(2.514)	(134)	(102)
Fundos de Investimentos		(1.075)	(1.058)	(19)	(20)
Outras	100% SELIC / 82% a 101% CDI	(27)	(160)	(2)	(8)
Valores a Receber (Pagar) / Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias, Despesas Administrativas e/ou Outras Operacionais		(27)	153	162	139
Controladoras		(67)	(39)	-	(1)
Coligadas		41	72	137	107
Outras		(1)	120	25	33
Aluguéis		-	-	(25)	(28)
Coligadas		-	-	(9)	(11)
Outras		-	-	(16)	(17)
Patrocínios		9	12	(5)	(6)
Outras		9	12	(5)	(6)
Doações		-	-	(440)	(72)
Outras		-	-	(440)	(72)

Nota 15 - Informações de Controladas no Exterior

O ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO possui controladas no exterior, subdivididas em:

- Agências no Exterior: Itaú Unibanco S.A. Grand Cayman Branch, Miami Branch e Nassau Branch; Apenas em 30/06/2020: New York Branch e Tokyo Branch;
- Consolidado Cayman: Itau Bank Ltd., ITB Holding Ltd., Itaú Bank & Trust Cayman Ltd., Uni-Investments Inter. Corp.;
- Demais Empresas no Exterior: Composta basicamente pelas controladas Banco Itaú Argentina S.A., Albarus S.A. e Banco Itaú Paraguay S.A.

Mais informações de resultado das unidades externas encontram-se no relatório Análise Gerencial da Operação.

	Lucro Líquido	
	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Agências no Exterior	2.459	1.025
Consolidado Cayman	147	254
Demais Empresas no Exterior	695	342
Consolidado Exterior	3.333	1.541

Nota 16 - Gerenciamento de Riscos, Capital e Limites de Imobilização

a) Governança Corporativa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO investe em processos robustos de gerenciamento de riscos e capital que são a base das decisões estratégicas para assegurar a sustentabilidade dos negócios e para maximizar a criação de valor para o acionista.

Estes processos estão alinhados às diretrizes do Conselho de Administração e dos Executivos que, por meio de órgãos colegiados, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

O Conselho de Administração é o órgão principal responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para a gestão de riscos e capital. Por sua vez, o Comitê de Gerenciamento de Riscos e Capital (CGRC) é responsável por apoiar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas à gestão de riscos e de capital. Já no nível executivo, são estabelecidos órgãos colegiados, presididos pelo *Chief Executive Officer* (CEO) do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, que são responsáveis pela gestão de riscos e capital e cujas decisões são acompanhadas no âmbito do CGRC.

Adicionalmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO possui órgãos colegiados, que exercem responsabilidades delegadas na gestão de riscos e capital, sob responsabilidades do CRO (*Chief Risk Officer*). Para dar suporte a essa estrutura, a Área de Risco, possui diretorias especializadas que tem o objetivo de assegurar, de forma independente e centralizada que os riscos e o capital da instituição sejam administrados de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos.

b) Gerenciamento de Riscos

Apetite de Risco

O apetite de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO é fundamentado na declaração do Conselho de Administração:

“Somos um banco universal, operando predominantemente na América Latina. Apoiados em nossa cultura de riscos, atuamos com rigoroso padrão ético e de cumprimento regulatório, buscando resultados elevados e crescentes, com

baixa volatilidade, mediante o relacionamento duradouro com o cliente, apreçamento correto dos riscos, captação pulverizada de recursos e adequada utilização do capital.”

A partir desta declaração, foram definidas cinco dimensões (Capitalização, Liquidez, Composição dos resultados, Risco operacional e Reputação). Cada dimensão é composta por um conjunto de métricas associadas aos principais riscos envolvidos, combinando formas complementares de mensuração, buscando uma visão abrangente das nossas exposições.

O Conselho de Administração é o responsável pela aprovação das diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio do CGRC e do CRO - *Chief Risk Officer*.

Os limites de apetite de risco são monitorados frequentemente e reportados às comissões de riscos e ao Conselho de Administração, que orientarão a tomada de medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam alinhadas à estratégia do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

Dentre os requerimentos do BACEN para o adequado gerenciamento de riscos e capital, destacam-se a Declaração de Apetite por Riscos (RAS, do inglês *Risk Appetite Statement*) e a implementação de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, do programa de teste de estresse, a constituição de Comitê de Riscos e a indicação, perante o BACEN, do diretor para gerenciamento de riscos (CRO), com atribuição de papéis, responsabilidades e requisitos de independência.

Os fundamentos do apetite de riscos, do gerenciamento de riscos e as diretrizes para a forma de atuação dos colaboradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO no dia a dia para a tomada de decisão são:

- **Sustentabilidade e satisfação dos clientes:** a visão do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO é ser o banco líder em performance sustentável e em satisfação dos clientes, por isso, preocupa-se em gerar valor compartilhado para colaboradores, clientes, acionistas e sociedade, garantindo a perenidade do negócio. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO preocupa-se em fazer negócios que sejam bons para o cliente e para a instituição;

- **Cultura de Risco:** a cultura de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO vai além de políticas, procedimentos e processos, e fortalece a responsabilidade individual e coletiva de todos os colaboradores para que façam a coisa certa, no momento certo e de maneira correta, respeitando a forma ética de fazer negócios;

- **Apreçamento do risco:** o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO atua e assume riscos em negócios que conhece e entende, e evita riscos que não conhece ou não tem vantagem competitiva, avaliando cuidadosamente a relação de risco e retorno;

- **Diversificação:** o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO tem baixo apetite por volatilidade nos resultados e por isso atua em uma base diversificada de clientes, produtos e negócios, buscando a diversificação dos riscos, além de priorizar negócios de menor risco;

- **Excelência operacional:** o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO quer ser um banco ágil, com infraestrutura robusta e estável, de forma a oferecer um serviço de alta qualidade;

- **Ética e respeito à regulação:** para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO ética é inegociável, por isso, a instituição promove um ambiente institucional íntegro, orientando os colaboradores a cultivar a ética nos relacionamentos e nos negócios, e o respeito às normas, zelando pela reputação da instituição.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO adota diversas iniciativas para disseminar a cultura de risco, tendo como base quatro princípios: a tomada consciente de riscos, a discussão e a ação sobre os riscos da instituição e a responsabilidade de todos pela gestão de riscos.

Esses princípios articulam as diretrizes do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO auxiliando os colaboradores a entender, identificar, mensurar, gerenciar e mitigar os riscos de maneira consciente.

I - Risco de Crédito

Risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor ou da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

Há uma estrutura de gestão e controle do risco de crédito, centralizada e independente das unidades de negócio, que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar o risco de crédito inerente a todos os produtos, as concentrações de carteira e os impactos de potenciais mudanças no ambiente econômico.

A política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO baseia-se em critérios internos como: classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e capital econômico alocado, entre outros e fatores externos como: taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação, variação do consumo, entre outros.

Atendendo a Resolução 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do CMN, o documento “Relatório de Acesso Público – Risco de Crédito”, que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de crédito, pode ser visualizado no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatórios.

II - Risco de Mercado

É a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (commodities), conforme estabelecido pelo CMN. Os índices de preços também são tratados como um grupo de fator de risco.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

A gestão de risco de mercado segue a segregação das operações em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN 4.557, de 23 de fevereiro de 2017 e Circular 3.354, de 27 de junho de 2007, do BACEN. A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação. Já a carteira bancária caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição, realizadas sem a intenção de negociação e com horizonte de tempo de médio e longo prazos.

A gestão do risco de mercado é realizada com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (VaR): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor justo (“*MtM – Mark to Market*”); e

- VaR Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de VaR, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira de negociação atual, levando em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

A gestão do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) é realizada com base nas seguintes métricas:

- Δ EVE (*Delta Economic Value of Equity*): diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros;

- Δ NI (*Delta Net Interest Income*): diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor justo, alocados nas datas de vencimento;

- Sensibilidade (DV01- *Delta Variation*): impacto no valor justo dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;

- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (GREGAS): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

Buscando o enquadramento das operações nos limites definidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedge*, e podem se caracterizar como *hedge* contábil ou econômico, ambos regidos por normativos institucionais no ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO (Nota 4 – Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos).

A estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do Conselho de Administração, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da instituição

O consumo dos limites de risco é monitorado e divulgado diariamente através de mapas de exposição e sensibilidade. A área de risco de mercado analisa e controla a aderência destas exposições aos limites e alertas e os reporta tempestivamente para as mesas da Tesouraria e demais estruturas previstas na governança.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre em ambientes com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

Em 30/06/2021, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO apresentou um VaR Total de R\$ 479, com aumento em relação ao ano anterior (R\$ 223 em 31/12/2020) devido ao aumento da exposição em Taxas de Juros.

O documento “Relatório de Acesso Público – Risco de Mercado” que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatórios.

III - Risco de Liquidez

É a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio e responsável por definir a composição da reserva, estimar o fluxo de caixa e a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo e monitorar limites mínimos para absorver perdas em cenários de estresse para cada país onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO opera. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

O documento “Relatório de Acesso Público – Risco de Liquidez”, que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez, e não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatórios.

IV - Risco Operacional

É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Os gestores das áreas executivas utilizam-se de metodologias corporativas construídas e disponibilizadas pela área de controles internos, *compliance* e risco operacional.

Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos, periodicamente, são apresentados os reportes consolidados do monitoramento de riscos, controles, planos de ação e perdas operacionais aos executivos das áreas de negócio.

Em linha com os princípios da Resolução 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do CMN, o documento “Relatório Acesso Público – Gestão Integrada Risco Operacional e Controles Internos”, versão resumida do normativo institucional de gerenciamento de risco operacional, pode ser acessado no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatórios.

V - Riscos de Seguros, Previdência Privada e Capitalização

Os principais riscos relacionados às carteiras de Seguros, Previdência Privada e Capitalização estão descritos a seguir e suas definições são apresentadas nos seus respectivos capítulos.

- Risco de subscrição: possibilidade de perdas decorrentes de operações de seguro, previdência privada e capitalização que contrariem as expectativas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões.

- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de liquidez;
- Risco operacional.

O processo de gerenciamento desses riscos é independente e foca nas especificidades de cada risco.

VI - Risco Socioambiental

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO entende o risco socioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos de origem social e/ou ambiental relacionadas às atividades desenvolvidas pela Instituição, nos moldes da Resolução CMN 4.327/14. A Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental (PRSA) estabelece as diretrizes, estratégias e os princípios fundamentais para a gestão socioambiental, partindo de questões institucionais e abordando, por meio de procedimentos específicos, os riscos mais relevantes para a operação da Instituição.

As ações de mitigação do risco socioambiental são efetuadas por meio de mapeamentos de processos, riscos e controles, acompanhamento de novas normas relacionadas ao tema e registro das ocorrências em sistemas internos. Além da identificação, as etapas de priorização, resposta ao risco, monitoramento e reporte dos riscos avaliados complementam o gerenciamento deste risco no ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

A gestão do risco socioambiental adota a estratégia de três linhas de defesa: a primeira linha de defesa (áreas de negócio) realiza a gestão do risco em suas atividades diárias, seguindo as diretrizes da PRSA, processos específicos, contando com avaliação especializada de equipes técnicas dedicadas situadas nos times de *Compliance* Corporativo, Risco de Crédito e Modelagem e Jurídica Institucional, que atuam de forma integrada na gestão de todas as dimensões do Risco Socioambiental atreladas às atividades do conglomerado. Como por exemplo de diretrizes específicas para a gestão deste risco, as unidades de negócio contam com governança de aprovação de novos produtos e serviços, que contempla em sua avaliação o Risco Socioambiental, garantindo a observância deste requisito nos novos produtos aprovados pela Instituição, bem como com procedimentos socioambientais específicos para a própria operação da Instituição (patrimônio, infraestrutura de agências e tecnologia), fornecedores, crédito, investimentos e controladas chave. A segunda linha de defesa, por sua vez, é representada por Risco de Crédito e Modelagem, por Controles Internos, assim como por *Compliance*, por meio da Gerência de Riscos Socioambiental Corporativo, que dá suporte e garante a governança das atividades da primeira linha. Já a terceira linha de defesa, composta pela Auditoria Interna, atua de maneira independente, realizando o mapeamento e a avaliação da gestão dos riscos, controles e governança.

A governança conta, ainda, com o Comitê de Risco Socioambiental, que tem como principal competência avaliar e deliberar sobre assuntos institucionais e estratégicos, bem como deliberar sobre produtos, operações, serviços, entre outros que envolvam o tema de Risco Socioambiental, incluindo o Risco Climático.

Mais detalhes sobre Risco socioambiental, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, seção “Relatórios” / Pilar 3 e Índice de Importância Sistêmica e Global / Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3.

c) Gerenciamento de Capital

Índices de Basileia e de Imobilização

Apresentamos abaixo os principais indicadores, do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (controlador do ITAÚ UNIBANCO), obtidos a partir das demonstrações contábeis não consolidadas (base inicial para apuração do Consolidado Prudencial), conforme regulamentação em vigor:

	Consolidado Prudencial	
	30/06/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência	156.561	151.244
Índice de Basileia	14,9%	14,5%
Índice de Nível I	13,5%	13,2%
Índice de Capital Principal	11,9%	11,5%
Índice de Imobilização	18,0%	24,0%
Folga de Imobilização	50.177	39.274

Nota 17 - Informações Suplementares

a) Recovery do Brasil Consultoria S.A.

Em 26 de maio de 2020, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária ITAÚ UNIBANCO, adquiriu da International Finance Corporation, participação adicional de 4% pelo montante de R\$ 20,7, passando a deter 100% do capital social da Recovery do Brasil Consultoria S.A.

A efetiva aquisição e liquidação financeira ocorreram em 28 de maio de 2020.

b) Reorganização Societária

Em 31 de janeiro de 2021, ocorreu a cisão parcial do ITAÚ UNIBANCO, com versão e incorporação da parcela cindida pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, composta por 226.523.404 ações de emissão da XP Inc., avaliadas pelo valor de R\$ 9.499.

c) Combate aos efeitos da COVID-19 “Coronavírus”

O ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO monitora os efeitos econômicos desta pandemia da COVID-19, que podem afetar adversamente seus resultados. Desde o início do surto da COVID-19 no Brasil, foi estruturado o Comitê de Gestão de Crise Institucional, por meio de sua controladora Itaú Unibanco Holding S.A., estabelecendo uma agenda intensificada de gestão de crise responsável pelo acompanhamento da pandemia e de seus impactos em suas operações, além das ações governamentais para mitigá-los.

O ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO identificou os seguintes impactos em seus resultados, bem como efeitos nas estimativas e julgamentos críticos para a elaboração das Demonstrações Contábeis:

(a) aumento em 2020 em operações de empréstimo e financiamento, em especial para micro, pequenas e médias empresas. Através do monitoramento tempestivo dos padrões de comportamento e qualidade de crédito dos clientes, o ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO manteve o funcionamento normal de suas operações, apesar das condições adversas, e auxiliou os clientes na busca sustentável por seu reequilíbrio financeiro;

(b) incremento nos pedidos de renegociação e prorrogação de prazos para as operações de crédito na medida em que a situação econômica se alterou;

(c) a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi impactada em função do nível de risco e atraso, devido à alteração das perspectivas financeiras dos clientes e deterioração visível de variáveis macroeconômicas;

(d) impactos temporários na precificação de seus instrumentos financeiros, decorrentes de oscilações de taxas e da alta volatilidade dos preços nos mercados no início da pandemia, no primeiro trimestre de 2020, influenciando na mensuração dos itens avaliados ao valor justo nos seus diversos níveis;

(e) durante o ano de 2020, observou-se uma instabilidade no mercado de renda variável, ocasionando uma migração para instrumentos de renda fixa com liquidez. Este movimento resultou no aumento da carteira de Certificados de Depósito Bancário (CDB), entretanto, ao longo de 2021 observou-se uma pequena queda como movimento de normalização da carteira; e

(f) impactos no reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferido em 2020 em razão do maior volume de diferenças temporárias dedutíveis registradas no período. A pandemia reduziu as projeções de lucro tributável, entretanto, não foi responsável pela geração de prejuízo fiscal e base negativa no ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO.

d) Resultado não Recorrente Regulatório

Apresentação do Resultado não Recorrente Regulatório do ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO, líquido dos efeitos fiscais, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/2020:

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Resultado não Recorrente Regulatório	261	279
Marcação a Mercado em Títulos de Garantia	-	(38)
Reclassificação - Investimento IRB	-	379
Provisão para Reestruturação	(746)	-
Reavaliação do estoque de créditos tributários (majoração da alíquota da contribuição social)	954	-
Doação "Todos Pela Saúde"	-	(44)
Outros	53	(18)

e) Evento Subsequente

Licitação para a gestão de folha de pagamentos de Minas Gerais

Em 16 de julho de 2021, o ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO venceu a licitação promovida pelo Governo do Estado de Minas Gerais para a prestação de serviços de pagamento a servidores estaduais e fornecedores pessoas jurídicas do estado, por 5 anos, totalizando o montante mensal de aproximadamente R\$ 4,8 bilhões.

A operação envolve 618 mil servidores do estado de Minas Gerais, com saldo de crédito consignado de R\$ 7,7 bilhões, e 6,3 mil fornecedores pessoas jurídicas do Estado.

A proposta prevê o pagamento de R\$ 2,4 bilhões para a gestão de Folha de Pagamento, que será registrado como intangível e o reconhecimento no resultado será diferido.

Itaú Unibanco S.A. e empresas controladas

***Demonstrações contábeis em
30 de junho de 2021
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Itaú Unibanco S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco S.A. ("Banco") e empresas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do semestre findo nessa data e as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Itaú Unibanco S.A. e empresas controladas em 30 de junho de 2021 e o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco S.A. e empresas controladas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

São Paulo, 27 de agosto de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3